



DESDE 1932
EDIÇÃO 25.056

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br

Belo Horizonte, quarta-feira, 10 de abril de 2024

R\$ 3,50



Supermercados BH detém a liderança entre as maiores marcas do setor no Estado, segundo ranking divulgado pela Abras em encontro do setor

Setor supermercadista em Minas faturou R\$ 87,5 bi

Seis das 30 maiores empresas do ramo são mineiras; no País, cifra foi de R\$ 1 trilhão

No ranking 2023 divulgado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), seis das maiores empresas do setor estão em Minas Gerais, confirmando a importância e representatividade do Estado. A lista

tem as seguintes marcas mineiras: Supermercados BH; Mart Minas; DMA Distribuidora, detentora da rede Epa Supermercados e Mineirão Atacarejo; Adição Distribuição Express - o Grupo ABC; Grupo Su-

pernosso e Grupo Bahamas.

Em âmbito nacional, as cifras dos supermercados alcançaram R\$ 1 trilhão, alta de 43% frente ao exercício anterior. As informações são do presidente-executivo da Amis,

Antônio Claret Nametala, que participou, nos últimos dias do Smart Market, encontro que reúne lideranças do varejo alimentar de todo o País. Para 2024, a previsão do setor em Minas é crescer 3%. **Pág. 3**

Justiça autoriza Fleurs a retomar licença na Serra do Curral

Mineradora, que opera nas proximidades da Serra do Curral, na Capital, obteve decisão judicial favorável do TJMG para retomar o processo de licenciamento ambiental. O parecer ainda determina o desbloqueio de R\$ 30 milhões das contas bancárias da empresa, bloqueadas em março. Entretanto, as atividades no empreendimento permanecem suspensas. **Pág. 10**

Operações de crédito para empresas ficam mais baratas

Todas as operações de crédito para empresas recuaram em março na comparação com o mês anterior em Belo Horizonte, segundo levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), que foi divulgado ontem.

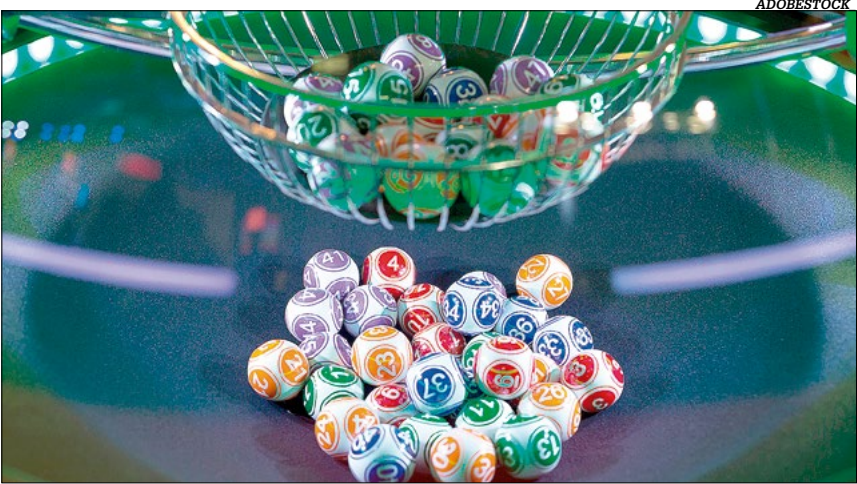
O recuo é da taxa média cobrada pelas instituições financeiras. **Pág. 19**

EDITORIAL

Apesar das intenções, do reconhecimento da importância do setor industrial inclusive para dar novo significado e relevância à participação brasileira no comércio externo, os avanços verificados neste ano e pouco de governo Lula – crescimento de 1% para o setor industrial no período de 12 meses completado em fevereiro – ficaram aquém das expectativas. Os números há pouco exibidos são efetivamente modestos e preocupantes, apontando queda na produção industrial de 1,5% no mês de janeiro e de 0,3% em fevereiro. Na comparação com igual período do ano passado a indústria brasileira cresceu 5%, o que ainda assim significa dizer que o setor manufatureiro opera, presentemente, 1,1% abaixo do nível pré-pandemia. Tudo isso traduz um processo contínuo de empobrecimento do País, percebido desde a última década do século passado, com perda de qualidade das atividades econômicas cuja sustentação volta a repousar no setor primário. **Pág. 2**

Licitação da Loteria Mineira, prevista para hoje, é adiada

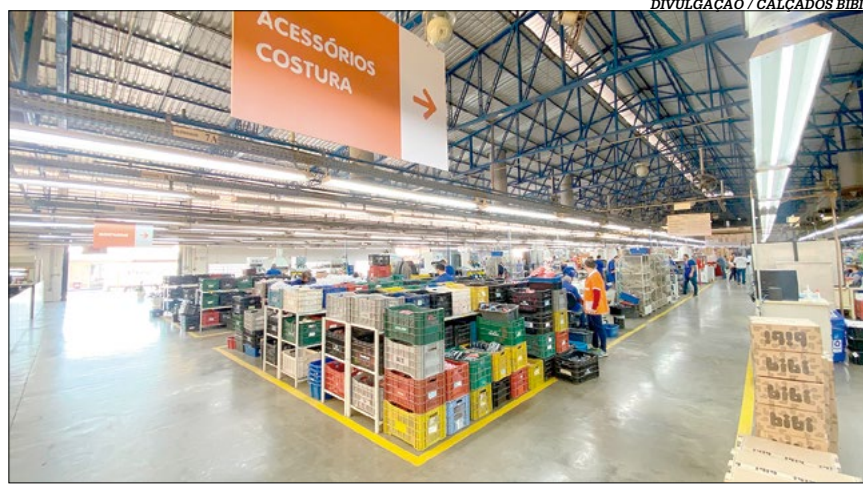
O imbróglio foi criado com a abertura de um processo da Prefeitura de Belo Horizonte para a exploração do serviço na Capital, acabando com a exclusividade prevista no edital da loteria estadual. O ponto principal do edital adiado é a concessão exclusiva para atuar no Estado, o que torna a concorrência por parte da Loteria Municipal de Belo Horizonte uma grande mudança no cenário licitatório. A empresa Mineira da Sorte solicitou o adiamento das sessões de entrega e abertura dos envelopes. **Pág. 18**



Empresa Mineira da Sorte requereu ontem adiamento da licitação

Franquias têm grande poder de disseminar ESG

O *franchising* brasileiro é considerado um modelo ágil e seguro de expansão para as marcas e também dissemina boas práticas em gestão, tendências de mercado e conscientização. As práticas ESG (responsabilidade ambiental e governança) também se valem das franquias para alcançar vários públicos. Os números são robustos e mostram o poder de disseminar ideias. A ABF revela que a mão de obra empregada foi da ordem de 1,645 milhão de empregos diretos no 3º trimestre de 2023. **Pág. 15**



Calçados Bibi é exemplo de promoção de cadeia mais sustentável

Desembolsos para crédito rural crescem 13%



Somente nos primeiros oito meses da atual safra, montante liberado é de R\$ 38,81 bilhões

Na safra 2023/24, os produtores rurais mineiros estão demandando mais crédito. Segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), somente nos primeiros oito meses da safra, os desembolsos cresceram 13%. O montante liberado é de R\$ 38,81 bilhões ante os R\$ 34,22 bilhões no mesmo período da safra passada. Com esse valor, Minas Gerais recebeu 13% do total de crédito rural liberado para o País, que alcançou o montante de R\$ 291,52 bilhões, alta de 16%.

A linha de crédito mais demandada no Estado é a de custeio, que teve 11% de crescimento. Em fevereiro, a cultura que mais demandou crédito foi o café, seguida de soja, milho, alho e cana-de-açúcar. Assim como na linha de custeio, também cresceram as linhas de investimento e de comercialização. **Pág. 14**

ARTIGOS Págs. 2 e 3

A importância da Constituição
(Ives Gandra)

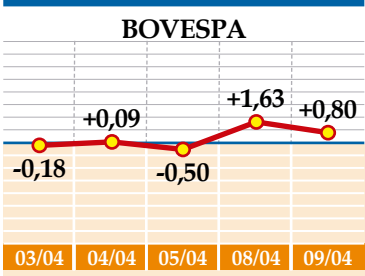
As expectativas da educação a distância para 2024
(Priscila Campiolo Manesco)

O futuro das franquias nos shoppings
(Lucien Newton)

Dólar - dia 9	
Comercial	
Compra: R\$ 5,0070	Venda: R\$ 5,0070
Turismo	
Compra: R\$ 5,0380	Venda: R\$ 5,2180
Ptax (BC)	
Compra: R\$ 5,0074	Venda: R\$ 5,0080

Euro - dia 9	
Compra: R\$ 5,4350	Venda: R\$ 5,4367
Ouro - dia 9	
Nova York (onça-troy):	US\$ 2.352,68
BM&F (g):	R\$ 376,77

TR (dia 10):	0,0805%
Poupança (dia 10):	0,5809%
IPCA-IBGE (Fevereiro):	0,83%
IPCA-Ipead (Fevereiro):	0,24%
IGP-M (Fevereiro):	-0,52%





A importância da Constituição

IVES GANDRA *

Hoje temos uma Constituição que, apesar de extremamente prolixa e repleta de disposições que não possuem densidade constitucional, talvez seja a Constituição que mais incorporou aspectos fundamentais, haja vista a valorização dos direitos individuais, coletivos, dos cidadãos, políticos, de cidadania, sociais, além da harmonia e independência entre os Poderes.

Quando foi convocada a Constituinte, nós tínhamos um regime no qual o Poder Executivo era predominante e governava por decretos-leis – que não podiam sequer ser modificados no Congresso, o qual poderia aprovar ou rejeitar, mas não apresentar emendas –, e um Poder Judiciário sendo que não havia nenhuma possibilidade de qualquer instituição apresentar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, já que o Procurador-Geral da República era o único que tinha legitimidade ativa para tanto.

Com isso, havia propostas de inconstitucionalidade de leis estaduais, mas jamais de leis federais, porque quem podia propor era o próprio advogado de quem fazia as leis, isto é, do presidente da República, que governava por decretos-leis.

Com o advento da Constituinte, participei de diversas audiências públicas e constantemente mantive contatos com Bernardo Cabral e Ulisses Guimarães, respectivamente relator e presidente da Constituinte. O deputado Ulisses Guimarães assistiu palestra minha sobre o parlamentarismo, sendo que o projeto da Constituição foi parlamentarista até a Comissão de Sistematização. Procuraram, os Constituintes, garantir os direitos individuais e, ao mesmo tempo, que os Poderes fossem harmônicos e independentes.

Colocaram, logo no artigo primeiro, que quem era soberano em uma democracia real era o povo. Quem poderia dizer o que é ou não democracia era o povo, através de seus representantes, eleitos por eleição, não indicados – houve um período em que senadores eram indicados pelo presidente da República –, e o artigo primeiro declara, através dos seus representantes, o povo é o soberano, é o que pode, efetivamente, definir a democracia no país.

Por essa razão é que, no Título IV da Constituição, o primeiro Poder que aparece é o Legislativo, por uma única

razão: é o único Poder dos três que tem a representação da totalidade da nação, onde encontramos a situação e a oposição. A maior representação é, portanto, daqueles que elaboram as leis, manifestando a vontade do povo (artigo 44 a 69).

O segundo Poder, previsto nos artigos 76 a 91, é o Executivo, que representa a maioria do povo (salvo quando há 2º turno, caso em que muitos votam por exclusão, porque no 1º turno tinham um candidato próprio).

O terceiro Poder não é representativo do povo nem por ele eleito, sendo, pois, um poder técnico, que representa a lei, já que as pessoas que o integram possuem conhecimento para garantir o Direito. O Poder Judiciário não seria nada se não tivesse duas instituições fundamentais: o Ministério Público e a Advocacia, que formam o tripé fundamental.

Por essa razão, é um poder técnico, que não elabora a lei, nem pode fazê-lo, segundo a Constituição, pois a ele cabe a garantia da lei e da Constituição, com a colaboração da Advocacia e do Ministério Público.

Assim, as três Instituições são importantes. Recentemente, em conversa com o ex-presidente Michel Temer, falamos sobre a relevância do fato dele ter inserido na Constituição, como Constituinte, o artigo 133, que prevê a inviolabilidade do advogado no exercício das suas funções.

Ora, esse equilíbrio dos três Poderes com funções exaustivamente definidas na Constituição é que justifica o artigo segundo. Se o primeiro diz que o povo é soberano, e manifesta-se, através dos seus Poderes representativos, Executivo e Legislativo, o poder técnico que abrange o Poder Judiciário (92 a 126), o Ministério Público (127 a 131) e a Advocacia (133 a 135), é um poder que tem que viver em harmonia e independência com os outros.

Isso foi o que os Constituintes desejaram, tanto que para preservar essa independência e harmonia, atribuíram ao Legislativo, onde encontramos situação e oposição, o artigo 49, inciso XI, a seguinte disposição: zelar – a expressão é zelar – pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes. Trata-se, pois, do sistema de freios e contrapesos, que é típico do direito Americano.

O poder técnico (Judiciário) só pode atuar como legislador negativo, vale dizer, pode declarar que uma lei é inconstitucional, mas não pode jamais legislar no lugar do Legislativo. É o que está no artigo 49, inciso XI, no sentido de que a quem cabe zelar pela sua competência é o próprio poder, não podendo delegá-la.

Creio, pois, que como juristas, temos que conhecer a espinha dorsal (harmonia e independência entre os Poderes) da Constituição, não obstante sua adiposidade.

Certa vez em um debate na Folha de S. Paulo com o Celso Antônio Bandeira de Mello, Nelson Jobim e Bernardo Cabral, defendi essa posição e os três concordaram inteiramente comigo.

Mais do que isso, o relator da Constituição, Bernardo Cabral, que atualmente preside o Conselho de Notáveis da Federação do Comércio, dizia que era a posição dele também. Ele que foi eleito pela Constituinte para ser o relator, chegando a receber 2.500 artigos, propostas que teve de conciliar e que ele compactou em 245.

Por essa razão, digo o que está escrito na Constituição o que muitos, até mesmo na Suprema Corte, não perceberam ainda ou, se perceberam, não quiseram aceitar.

Os relatores, participantes, políticos e professores que acompanharam o processo constituinte são testemunhas de que durante três meses os Constituintes não discutiram nada, pois convocaram especialistas para, em audiências públicas, exporem a sua opinião sobre a Constituição.

Eu mesmo fui a duas audiências públicas e depois continuei a dar as minhas opiniões com Delfim Netto, Dornelles, Bernardo Cabral e Ulisses, cada vez que me mandavam um texto. Digo isso para mostrar a preocupação que os Constituintes tiveram em ouvir especialistas, antes de escreverem o texto definitivo.

Por isso é fundamental que todos percebam que, de rigor, o Texto Maior e o que nele está escrito é o estatuto que um povo escolhe para si, ou seja, para saber como vai organizar sua vida, sendo imprescindível dar-se importância à supremacia da Constituição.

* Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Unip, UNIFIEO, UNIFMU

DIÁRIO DO COMERCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932

Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor

Luiz Carlos Motta Costa

conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial

Adriana Muls

adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo

Yvan Muls

yoan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo

Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial

Adriana Machado - Claudio de Moura Castro

Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick

Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

A indústria não reage

O presidente Lula desembarcou em Brasília há pouco mais de um ano apontando como uma de suas prioridades para a economia a recuperação do setor industrial, segundo suas palavras, locomotiva da recuperação e do crescimento. Na verdade, foi além da promessa, chegando a anunciar um programa – a nova indústria – que alavancaria o processo, com investimentos que alimentariam e dariam suporte ao crescimento da economia, com empregos de qualidade e geração de riquezas. Apesar das intenções, do reconhecimento da importância do setor inclusive para dar novo significado e relevância à participação brasileira no comércio externo, os avanços verificados neste ano e pouco – crescimento de 1% para o setor industrial no período de 12 meses completado em fevereiro – ficaram aquém das expectativas.

Os números há pouco exibidos são efetivamente modestos e preocupantes, apontando queda na produção industrial de 1,5% no mês de janeiro e de 0,3% em fevereiro. Na comparação com igual período do ano passado a indústria brasileira cresceu 5%, o que ainda assim significa dizer que o setor manufatureiro opera, presentemente, 1,1% abaixo do nível pré-pandemia. Tudo isso traduz um processo contínuo de empobrecimento do

País, percebido desde a última década do século passado, com perda de qualidade das atividades econômicas cuja sustentação volta a repousar no setor primário. Vale dizer, o processo de desindustrialização apontado em mais de uma ocasião pela Federação das Indústrias de Minas e várias outras entidades prossegue, sem sinais de que esteja, pelo menos, a caminho de ser contido.

A mais precisa compreensão do que se passa começa pelo reconhecimento de que este é um processo estrutural, resultante da redução de investimentos internos em infraestrutura e energia, bem como da inconsistência do modelo econômico, tudo isso agravado pelo exponencial crescimento da economia chinesa, com projeção e danos globais. O Brasil não só foi atingido como se revelou lento ou incapaz de reagir, o que resultou em danos evidentes para a produção interna incapaz de fazer frente à concorrência chinesa. Perderam-se, inclusive, posições já consolidadas como na indústria naval, de material bélico, autopeças, brinquedos, eletrônica, calçados, têxteis e confecções.

Um processo que ao longo das últimas décadas foi acompanhado com a mais absoluta inércia, justamente a situação que o presidente Lula prometeu mudar ao assumir seu terceiro mandato. Como está dito acima, os números agora exibidos não registram avanços na escala minimamente necessária e só podem ser tomados como advertência a ser seriamente considerada.

Os números há pouco exibidos são efetivamente modestos e preocupantes, apontando queda na produção industrial de 1,5% no mês de janeiro e de 0,3% em fevereiro

As expectativas da educação a distância para 2024

PRISCILA CAMPIOLO MANESCO *

No cenário educacional de 2024, a educação a distância (EaD) continua a ser alvo de debates e críticas considerando uma concepção de que é feita com menor qualidade e a partir de um modelo “barato”, se comparado ao presencial. Cogita-se, ainda, criar um órgão regulador que fiscalize cursos superiores de instituições privadas de ensino e na modalidade EaD.

Por outro lado, vemos que o percentual de brasileiros com nível superior completo passou de 6,8% em 2010 para 19,2% em 2022, segundo o IBGE. Apesar dos avanços, a taxa de escolarização que mede o número de pessoas de 18 a 24 anos no ensino superior é de apenas 17,7%, abaixo da Meta 12 do PNE, que prevê índice de 33% no decênio 2014-2024.

A EaD, embora enfrente algumas resistências, revela-se como caminho viável para alcançar essa meta. Existem inúmeras instituições com cursos de alta qualidade que proporcionam inclusão de pessoas marginalizadas e de regiões desassistidas, além de cultivar um espaço colaborativo e dinâmico, enriquecido pela diversidade

de perspectivas e experiências.

Espera-se ainda um avanço exponencial da Inteligência Artificial (IA) na organização didático-pedagógica dos cursos EaD. A modalidade se beneficia do uso de algoritmos sofisticados e plataformas adaptativas, nas quais os alunos têm um ensino personalizado, atendendo às suas necessidades individuais e promovendo o desenvolvimento de competências necessárias para o século XXI.

Visto os desafios da educação brasileira, e um mundo onde a tecnologia é onipresente, podemos realmente ignorar o potencial transformador da EaD? Em vez de desconsiderar a modalidade, precisamos concentrar esforços em aprimorá-la e garantir que permaneça acessível a todos. Portanto, é preciso defender uma educação de qualidade, identificando como aproveitar o potencial da educação a distância para construir um futuro mais inclusivo e igualitário.

* Coordenadora de Aprendizagem da Vitru Educação

<div>Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.</div> <div>Av. Américo Vespúcio, 1.660</div> <div>CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456</div> <div>REDAÇÃO</div> <div>Editora-Executiva</div> <div>Luciana Montes</div> <div>Editores</div> <div>Alexandre Horácio</div> <div>Rafael Tomaz</div> <div>Clério Fernandes</div> <div>Cláudia Duarte</div> <div>pauta@diariodocomercio.com.br</div>	<div>TELEFONES</div> <div>Atendimento Geral:</div> <div>4369-2000</div> <div>Administração:</div> <div>4369-2004</div> <div>Redação:</div> <div>4369-2040</div> <div>Comercial:</div> <div>4369-2007</div> <div>INDUSTRIAL</div> <div>Gerência: Manoel Evandro</div> <div>4369-2085</div> <div>Departamento de Arte:</div> <div>4369-2092</div>	<div>COMERCIAL</div> <div>comercial@diariodocomercio.com.br</div> <div>ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)</div> <div>Semestral:</div> <div>Belo Horizonte, Região Metropolitana.....</div> <div>R\$ 396,90</div> <div>Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.</div> <div>Anual:</div> <div>Belo Horizonte, Região Metropolitana.....</div> <div>R\$ 793,80</div> <div>Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.</div> <div>Preço do exemplar avulso.....</div> <div>R\$ 3,50</div> <div>(+ valor de postagem)</div> <div>ASSINATURAS</div> <div>assinaturas@diariodocomercio.com.br</div>	<div>DIÁRIO DO COMERCIO</div> <div>Filiado à</div> <div>ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS</div> <div>SINDIJORI</div> <div>Síndico das Profissões de Jornal, Redator e Editor de Jornais do Estado de Minas Gerais</div> <div>Siga-nos nas redes sociais</div> <div>f in t y u s w</div>
---	---	---	--



O futuro das franquias nos *shoppings*

LUCIEN NEWTON*

A era dos *shoppings*, tal como a conhecíamos, está enfrentando um declínio significativo, sinalizando mudanças drásticas no panorama do varejo. Segundo dados apresentados ao The Wall Street Journal, pelo Nick Egelanian, presidente da empresa de consultoria de varejo SiteWorks, nos Estados Unidos, o número de *shoppings* em operação desabou de 2.500 na década de 1980 para apenas 700 atualmente, com previsões sugerindo que esse número pode diminuir ainda mais, com apenas 150 *shoppings* restantes daqui a uma década. Essa tendência não é exclusiva dos Estados Unidos, sendo observada em outros países como o Brasil, levantando questionamentos cruciais sobre o futuro do varejo físico e as valiosas lições que podemos extrair desse declínio.

O crescimento exponencial do comércio *on-line*, exacerbado pela pandemia, tem sido um dos principais catalisadores dessa transformação. Compras *on-line* oferecem aos consumidores uma conveniência incomparável, uma variedade impressionante de produtos e preços competitivos. Grandes plataformas como Amazon, Walmart e Mercado Livre, emergiram como líderes nesse cenário, conquistando uma fatia substancial do mercado de vendas.

Além disso, os hábitos de consumo estão passando por uma metamorfose, especialmente entre as novas gerações, como os *millennials* e a Gen Z. Estas priorizam experiências personalizadas e autênticas em detrimento das compras tradicionais, o que desafia os varejistas a se adaptarem a essa nova realidade, oferecendo algo mais do que apenas produtos em suas lojas físicas.

O surgimento de gigantes do varejo como Walmart e Target também têm desempenhado um papel crucial nesse cenário em mutação. Essas empresas oferecem preços mais baixos e uma variedade de produtos muito maior do que muitos *shoppings*, atraindo clientes que antes frequentavam esses centros comerciais.

A eficiência logística e a escala de operação dessas corporações colocam em risco a viabilidade dos pequenos lojistas dentro dos *shoppings*. A falta de diferenciação é outro fator que contribui para a crise dos *shoppings*. Muitos desses centros comerciais oferecem uma experiência similar aos consumidores, com lojas que vendem os mesmos produtos. Isso torna desafiador atrair e fidelizar clientes, especialmente em um mercado saturado e competitivo.

Nos Estados Unidos, diversos *shoppings* icônicos fecharam suas portas nos últimos anos, incluindo o Northland Mall em Detroit e o Southdale Center em Minnesota. A empresa Sears, outrora uma gigante do varejo, também enfrentou sérios revezes, fechando centenas de lojas e agora está em processo de falência.

No Brasil, a tendência é semelhante, com o número de *shoppings* em operação diminuindo gradualmente. Em 2023, 10 *shoppings* fecharam suas portas, e a expectativa é que esse número continue a crescer nos próximos anos. Até mesmo lojas tradicionais como Renner e C&A estão reduzindo o número de suas unidades físicas e investindo cada vez mais em seus canais online.

Diante deste cenário desafiador, a reinvenção se torna fundamental para os *shoppings* que desejam sobreviver. Eles precisam se adaptar às novas demandas dos consumidores, oferecendo experiências únicas e relevantes. Isso pode incluir a incorporação de espaços de entretenimento, lazer e gastronomia, como cinemas, parques de diversões e restaurantes renomados.

A personalização emerge como a chave para o sucesso, com a implementação de tecnologias como a inteligência artificial para oferecer aos clientes produtos e serviços personalizados.

Além disso, os *shoppings* podem se transformar em centros multifuncionais, integrando serviços como *coworking*, academia e até unidades de saúde, criando um ambiente que vai além das compras, tornando-se destinos mais frequentes para os consumidores. O foco na experiência do cliente é crucial, exigindo um ambiente agradável e convidativo, com boa infraestrutura, serviços de qualidade e eventos diferenciados. A integração dos canais *on-line* e *offline* também é essencial para oferecer uma experiência de compra completa e personalizada aos consumidores.

O futuro do varejo parece ser híbrido, com o comércio online e físico coexistindo e se complementando. Os *shoppings* que desejam prosperar nesse novo cenário precisam se reinventar, oferecer experiências únicas e relevantes aos consumidores e integrar os canais *on-line* e *offline* de forma eficiente. Aqueles que conseguirem se adaptar às mudanças e inovar serão os que prosperarão no futuro.

Recentemente, durante um evento no Boulevard Shopping em Belo Horizonte, surgiu uma discussão sobre o papel do *franchising* nos *shoppings*. A realidade é que a presença de franquias está diminuindo nesses centros comerciais. Embora ainda representem uma parte significativa das lojas, sua participação vem encolhendo nos últimos anos. Segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF), o número de franquias em *shoppings* caiu de 60% em 2015 para 55% em 2023.

Vários fatores contribuem para essa tendência, incluindo o crescimento do comércio online, os altos custos de operação nos *shoppings* e a falta de diferenciação entre as franquias. No entanto, alguns segmentos de franquias ainda apresentam crescimento, como alimentação, serviços e experiências únicas.

Para prosperar em *shoppings*, as franquias precisarão se adaptar às mudanças do mercado, oferecer produtos e serviços inovadores, investir em marketing digital e proporcionar uma experiência de compra personalizada e *omnichannel*. O futuro das franquias nos *shoppings* depende da capacidade de se adaptarem e inovarem diante desses desafios em constante evolução.

*Especialista em franquias, VP de Consultoria da 300 Ecosystem de Alto Impacto

SUPERMERCADOS

Faturamento do setor atinge R\$ 87,5 bi em Minas

Receita do ano passado representa crescimento de 8,17%, aponta a Abras

MARA BIANCHETTI,
editora

O setor supermercadista mineiro faturou R\$ 87,58 bilhões em 2023. O resultado representa alta de 8,17% sobre os R\$ 80,96 bilhões apurados em 2022. Em âmbito nacional, as cifras dos supermercados alcançaram R\$ 1 trilhão, crescimento de 43% sobre os R\$ 695,7 do exercício anterior.

Os números do Estado envolvem ainda 17.026 lojas em operação, das quais 79 foram abertas no decorrer do exercício passado. Em termos de empregos, o ano foi encerrado com 400.971 colaboradores empregados diretamente, 7.057 contratados para os novos empreendimentos. Já o crescimento real medido pelo Índice de Consumo dos Lares Mineiros em 2023 foi de 3,41%.

As informações são do presidente Executivo da Associação Mineira de Supermercados (Amis), Antônio Claret Nametala. O executivo participou, nos últimos dias, do Smart Market, encontro do setor que reúne as lideranças do varejo alimentar de todo o País, quando também foram conhecidas as maiores redes de supermercados brasileiras, entre as quais, destacam-se marcas mineiras como Supermercados BH; Mart Minas; DMA Distribuidora, detentora da rede Epa Supermercados e Mineirão Atacarejo; Adição Distribuição Express - o Grupo ABC; Grupo Supernosso e Grupo Bahamas.

“Foi um ano positivo para o setor, mas não podemos nos esquecer do ambiente altamente desafiador, com altos custos, dificuldades de contratar mão de obra e ainda muita burocracia e legislações que dificultam enormemente o setor produtivo”, comenta.

Para 2024, a previsão é crescer 3%, com investimentos de R\$ 1,125 bilhão e pelo menos 75 lojas inauguradas. “As expectativas no setor são de um ano de crescimento, sim, mas



DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Sector supermercadista planeja investir R\$ 1,125 bilhão em Minas Gerais no atual exercício

sempre com trabalho intenso para conter custos, modernizar lojas e de treinamento dos colaboradores, porque o nosso consumidor exige e precisamos atendê-lo em todos os momentos de compra”, frisa o dirigente.

No ranking divulgado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), referente ao desempenho de 2023, seis

apurado no período R\$ 30,2 bilhões.

Para Nametala, o desempenho também indica a relevância do setor para o Estado, além do profissionalismo, competência e capacidade de gestão com que essas empresas são conduzidas. “E falo de todas as demais mineiras, porque esse mercado é altamente competitivo. Sempre destacamos a im-

com o Supermercados BH Comércio de Alimentos Ltda., que manteve a quinta posição entre os maiores do setor. A rede faturou R\$ 17,388 bilhões em 2023.

O Mart Minas Distribuição Ltda. veio logo em seguida e manteve o nono lugar, com faturamento de R\$ 9,436 bilhões.

Na décima primeira posição apareceu a DMA Distribuidora S/A, detentora do Epa Supermercados, com faturamento de R\$ 7,994 bilhões. A rede caiu uma posição no ranking de um ano para o outro.

Já o Grupo ABC, sediado em Divinópolis, na região Centro-Oeste de Minas, figura pela primeira vez no Ranking Abras. No ano passado, a rede apurou receitas de R\$ 4,487 bilhões e alcançou o 22º lugar entre as maiores redes do País.

O Grupo Supernosso saiu da 25ª para a 26ª posição, com faturamento de R\$ 4,142 bilhões em 2023.

E o Grupo Bahamas, com forte atuação na Zona da Mata mineira, fechou o Top 5 de Minas Gerais, tendo alcançado o 27º lugar com receitas de R\$ 4 bilhões em 2023.

“Foi um ano positivo para o setor, mas não podemos nos esquecer do ambiente altamente desafiador, com altos custos, dificuldades de contratar mão de obra e ainda muita burocracia e legislações que dificultam o setor produtivo”

ENERGIA SOLAR

Novo Nordisk terá usina no Estado

Ribeirão Preto - A gigante farmacêutica Novo Nordisk, fabricante do Ozempic e principal produtora de insulina do mundo, assinou um contrato para a criação de um parque solar no Norte de Minas para suprir a necessidade da unidade de medicamentos de Montes Claros.

O contrato da fabricante dinamarquesa com a Elétron Energy, empresa que investirá R\$ 245 milhões no negócio - incluindo o parque e o projeto com benefícios para o ambiente e a comunidade local, tem validade de 15 anos.

A fábrica de Montes Claros, que produz 25% da insulina da Novo Nordisk - o que significa 12% do total do mundo, passará a gerar 100% da energia que consome com a instalação do sistema.

“O projeto faz parte da estratégia de circularidade da Novo no sentido de não deixar nenhum impacto ambiental até 2030, principalmente com a parte de CO2”, afirmou o vice-presidente corporativo da fábrica da Novo Nordisk, Reinaldo Costa.

A ser instalado em Buritizeiro, município distante 175

quilômetros da sede da Novo Nordisk em Montes Claros, o parque solar tem previsão de gerar 138 mil MWh/ano, conforme a empresa, com possibilidade de ampliação.

O local foi escolhido, segundo Costa e o CEO da Elétron Energy, André Cavalcanti, por ser uma área já degradada, por Buritizeiro ser um município pobre do norte de Minas e pelo fato de a área selecionada permitir a conexão com as linhas de transmissão da Cemig.

“A gente tinha conseguido um terreno mais próximo da fábrica, mas não era um terreno já degradado e não queríamos fazer isso num terreno não degradado porque há impacto ambiental. Escolhemos o terreno mais próximo já degradado, que a gente poderia aproveitar o espaço e ainda fazer a recuperação da área. Esse foi o principal fator”, disse o executivo da fabricante.

O modelo de negócio adotado pelas empresas foi a chamada autoprodução de energia, por meio da qual a Novo Nordisk remunerará a Elétron Energy durante a vigência do contrato.

“É o arrendamento do sis-

tema de geração de energia que é feito pela Novo, para ela autogerar a sua própria energia. E, com o contrato de arrendamento, de operação e manutenção de serviços que a gente presta para eles, eles vão nos remunerar durante esses 15 anos de contrato para, além de alugar o sistema, mantê-lo funcionando e gerando energia por esse prazo”, disse Cavalcanti.

Do total investido pela Elétron Energy, 50% será de recursos próprios e, o restante, via financiamento do Banco do Nordeste.

Impacto local - O projeto já está aprovado e licenciado ambientalmente e os processos de limpeza da área e terraplenagem foram iniciados no município de pouco menos de 24 mil habitantes.

A construção da usina deve gerar 1.300 empregos, sendo 300 indiretos, conforme o CEO da empresa de energia. Ele disse que cerca de 80% dos contratados serão da cidade e de municípios vizinhos.

Cavalcanti afirmou que o projeto foi desenhado em conjunto pelas companhias e

é diferente dos que existem no país e outros da própria Elétron, por ter um apelo ambiental complementar à geração de energia.

No mesmo terreno das placas haverá replantio, cultura de hidroponia e criação de abelhas nativas sem ferrão. O projeto prevê, ainda, a recuperação e plantio de árvores nativas e espaço ecológico revitalizado numa área de 40 hectares (56 campos de futebol) na cidade mineira.

Serão instaladas 93 mil placas solares, que se adaptam para ficar sempre apontadas para o sol, captando energia em todos os horários do dia e aumentando a eficiência energética.

A empresa alega que o uso da energia renovável na produção de medicamentos permitirá reduzir 46 mil toneladas de CO2 por ano e que a meta é descarbonizar a sua produção no país.

A usina deve começar a operar em maio de 2025, com uso das linhas da Cemig para colocar a energia na rede, e a previsão da Novo Nordisk é de, em 15 anos, reduzir em 8% ao ano os gastos com energia. (Marcelo Toledo/Folhapress)



CONSTRUÇÃO CIVIL

Custo do setor se estabiliza, mas patamar está elevado

Dados são do CUB do Sinduscon-MG

MARCO AURÉLIO NEVES

A construção civil no Estado encontrou, no último ano, a estabilidade perdida com a pandemia. O custo de construção não sofreu mais as grandes oscilações proporcionadas pelo período de emergência mundial. Agora, o novo desafio do setor é lidar com o fato de os preços terem se estabilizado em um patamar alto, explica a economista-chefe do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon MG), Ieda Vasconcelos.

A economista ressalta que, de julho de 2020 até fevereiro de 2024, a alta acumulada do Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m²) é de 76,44%. “A estabilidade que nós estamos vendo é em cima de uma base muito elevada. Estamos ainda com um patamar de custos com materiais 70% superior ao que encontramos antes da pandemia. Extremamente alto”, afirma.

O último CUB/m² calculado pela entidade em fevereiro teve alta de 0,88% frente a janeiro. No acumulado até fevereiro deste ano, a elevação foi de 0,91%. Nos últimos 12 meses, de 1,56%.

Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou um aumento de 0,13% em fevereiro. No acumulado do ano, a alta foi de 0,40%, e, nos últimos 12 meses, foi de 3,39%.

Mesmo em um patamar muito elevado, o custo dos insumos de construção tem contribuído para uma menor

variação do CUB/m² em Minas Gerais. Além disso, o outro componente do indicador, a mão de obra, também tem uma perspectiva relativamente estável, já que acompanha a inflação nacional, que está controlada.

Preço do imóvel - Mas apesar da relativa estabilidade dos insumos, a economista do Sinduscon MG aponta para uma realidade mais dura no custo da construção em Minas Gerais. “Vamos manter em patamar elevado e não existe nenhuma perspectiva que caia e volte ao patamar pré-pandemia”, disse.

Com essa nova realidade, Ieda Vasconcelos afirma que o reflexo direto será sentido no preço dos imóveis no Estado, principalmente na capital mineira. “Belo Horizonte tem um baixo patamar de unidades novas disponíveis para venda, o estoque é baixíssimo. Quando temos um custo alto e baixa oferta, o que a gente observa é um aumento do custo dos imóveis”, comenta.

A inflação acumulada de quase 80% do período pandêmico para o quadro atual, proporcionada por uma desorganização nas cadeias de suprimento global, ficou bem acima da inflação oficial medida pelo IBGE nesse período: 28,78%. Por conta disso, Vasconcelos prevê que o cenário para o setor de construção em Minas Gerais continuará desafiador. “É impossível construir hoje com o mesmo patamar de janeiro de 2020. Construímos com custo 50% superior”, finaliza.



MATHEUS / STOCK.ADOBE.COM

CUB/M2 em Minas Gerais acumula uma alta de 0,91% no primeiro bimestre e aumento de 1,56% nos últimos 12 meses

IMPOSTOS

IPVA pode ter nova escala de vencimento

RODRIGO MOINHOS

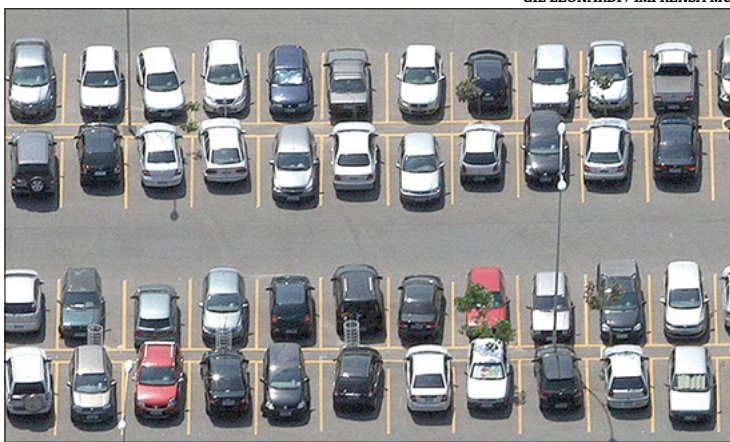
O percentual de pagamentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em Minas Gerais, de 72,22%, no valor de R\$ 7,8 bilhões, ficou próximo da média histórica ao final do vencimento da terceira parcela, que é de 75% em relação ao valor lançado do imposto. Para o deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT), o percentual de pagamento do IPVA em Minas Gerais poderia ser maior se o Projeto de Lei nº (PL) 1.336/15, de sua autoria, que propõe a cobrança do imposto em escala, entre os meses de março e maio, estipuladas pelo final das placas dos veículos, já tivesse virado Lei.

“Janeiro é um mês de gastos com matrícula, materiais escolares, IPTU e, a volta das férias, ainda é o momento de arcar com os gastos feitos no final do ano anterior. Quando a população de Minas Gerais ainda tem o IPVA para pagar no mesmo período, muitas pessoas acertam a maioria das contas e deixam o IPVA em aberto. Isso faz com que

o governo perca receita e a população fique mais apertada ainda com gastos elevados no mesmo período. Por isso queremos levar o PL nº 1.336/15 de volta à pauta para beneficiar a toda a população”, afirmou o deputado.

Segundo Alencar da Silveira, o pleito para o adiamento dessa conta pesada veio da população. “O governo do Estado deveria compreender que a inadimplência é muito menor em março, por isso estou acompanhando todo o processo e vou solicitar ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para que o projeto volte a tramitar e vá para o plenário. Com a expectativa de que o PL nº 1.336/15 seja aprovado ainda este ano e possa favorecer a população em 2025, adiando o impacto de vários impostos que já são cobrados no primeiro mês do ano”, projetou o deputado.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG) a arrecadação do IPVA de 2024, até 31 de março, foi de R\$ 7,8 bilhões, o que representa



GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Escala de vencimentos pode ser iniciada em março com PL

72,22% do total esperado de R\$ 10,9 bilhões.

Empresas de transporte - Para o presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustível e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais (Sindtanque-MG), Irani Gomes, o projeto do deputado Alencar da Silveira é muito bem-vindo e ameniza um pouco a cobrança do IPVA em Minas Gerais. “Entendemos que o ideal seria que a cobrança do imposto começasse mesmo a partir do meio do ano, pois no primeiro trimestre já são muitas contas para pagar. O pleito das empresas é que o imposto começasse a ser cobrado em junho, com o parcelamento em seis vezes”, afirmou o dirigente.

Segundo Gomes, o governo de Minas alega muito a questão do endividamento do Estado, por isso contamos com a luta dos deputados mineiros em prol da população. “Hoje pagamos IPVA de caminhões que são muito caros, enquanto as rodovias mineiras são as piores do País e ainda são responsáveis por muitos acidentes. As rodovias estaduais estão em condições precárias e faltam investimentos enquan-

to a cobrança do IPVA não para”, alertou o presidente do Sinditanque.

Quem deixou de pagar o imposto na data do vencimento pode regularizar o débito normalmente, via Pix ou diretamente nos terminais de autoatendimento, guichês e aplicativos dos agentes arrecadores autorizados (Bradesco, Sicoob, Mercantil do Brasil, Caixa, Mais BB, Santander, Banco do Brasil e Itaú), bastando ter em mãos o número do Renavam do veículo.

Em todas as formas de pagamento, os valores dos encargos incidentes pelo atraso são calculados automaticamente. Vale lembrar que o não pagamento do IPVA ou a quitação fora do prazo gera multa de 0,3% ao dia até 30º dia, multa de 20% após o 30º dia, além de juros calculados pela taxa Selic.

Do montante total arrecadado com o IPVA, 40% são destinados ao Tesouro Estadual, 40% aos municípios onde os veículos foram emplacados e 20% ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Os repasses são feitos diariamente pelo Estado.

CANOPUS HOLDING S.A.									
CNPJ/MF: 97.552.976/0001-09 - NIRE: 313.0009759-5									
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO									
Aos Administradores e Acionistas da Canopus Holding S.A., A Administração da Canopus Holding S.A., cumprindo as determinações legais e estatutárias, submete à apreciação do Acionista o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e da Demonstração do Fluxo de Caixa relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Canopus Holding S.A. foi constituída em 17 de maio de 2011, com sede em Belo Horizonte, e tem como objeto social a participação como quotista ou acionista em outras sociedades. As investidas da Companhia estão dedicadas às seguintes atividades: (i) construção civil em geral, sob qualquer modalidade; (ii) incorporação de imóveis residenciais ou comerciais e edifícios em condomínio; e (iii) locação de imóveis próprios. Agradecemos ao acionista pela confiança depositada no corpo executivo da empresa, aos colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados no curso deste ano, aos nossos seletos clientes pela preferência aos nossos produtos e serviços, aos fornecedores pela parceria mantida conosco e a todos que participam direta ou indiretamente dos negócios da empresa.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.924	156.688	114.047	368.088	Empréstimos e financiamentos	-	-	12.023	8.206
Contas a receber	-	-	296.970	169.617	Fornecedores	40	8	10.395	9.029
Estoques	-	-	402.645	378.421	Obrigações trabalhistas e tributárias	70	190	19.042	16.723
Impostos a recuperar	3.906	1.891	5.604	4.661	Imposto de renda e contribuição social	-	73	10.451	10.086
Despesas antecipadas	865	-	11.027	10.397	Adiantamento de clientes	-	-	30.730	88.399
Créditos diversos	9.493	15	27.288	18.514	Obrigações por permutas	-	-	12.327	18.308
Total do ativo circulante	17.188	158.594	857.581	948.698	Contas a pagar	11.874	-	68.043	59.867
Não circulante					Total do passivo circulante	11.984	271	163.011	216.618
Contas a receber	-	-	391.122	263.583	Não circulante				
Estoques	-	-	168.052	168.789	Empréstimos e financiamentos	-	-	182.449	69.609
Créditos diversos	51.417	61.419	13.935	23.076	Adiantamento de clientes	-	-	96.523	100.558
Depósitos judiciais	-	-	3.696	3.683	Obrigações por permutas	-	-	51.874	62.231
Investimentos	799.453	678.829	15.960	15.567	Obrigações tributárias	-	-	24.885	24.414
Imobilizado	8.068	8.428	19.460	25.593	Imposto de renda e contribuição social	-	-	28.931	26.057
Intangível	-	-	103	127	Dividendos a pagar	9.090	53.423	9.090	53.423
Total do ativo não circulante	858.938	748.676	612.328	500.418	Provisão para riscos	-	-	76.060	53.841
					Provisão para passivo a descoberto	37.143	21.633	15.666	16.650
					Outras Contas a Pagar	35.624	-	36.847	1.044
					Total do passivo não circulante	81.857	75.056	522.325	406.827
					Patrimônio líquido				
					Capital social	419.463	412.479	419.463	412.479
					Reserva legal	38.756	29.188	38.756	29.188
					Reserva especial de lucros	-	-	4.364	4.364
					Reserva de lucros retidos	324.066	390.276	319.702	385.912
						782.285	831.943	782.285	831.943
					Participação de não controladores	-	-	2.288	728
					Total do patrimônio líquido	782.285	831.943	784.573	832.671
					Total do passivo e patrimônio líquido	876.126	907.270	1.469.909	1.450.116
As Demonstrações Financeiras completas com as respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Companhia.									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)									
	Reserva de Lucros					Subtotal	Participação de não controladores	Total	
	Capital social	AFAC	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Reserva de lucros retidos				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	412.479	-	22.356	4.364	288.550	-	727.749	739.506	
Aumento (redução) de capital por não controladores	-	-	-	-	-	-	(575)	(575)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	136.648	136.648	126.194	
Destinações:									
Reserva legal	-	-	6.832	-	-	-	-	-	(6.832)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.454)
Lucros retidos	-	-	-	-	97.362	-	-	-	(97.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	412.479	-	29.188	4.364	385.912	-	831.943	728	832.671
Aumento (redução) de Capital por não controladores	6.984	-	-	-	-	-	-	-	(6.984)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(231.928)	-	(231.928)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	191.359	191.359	1.560	192.919
Destinações:									
Reserva legal	-	-	9.568	-	-	-	-	-	(9.568)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.089)
Lucros retidos	-	-	-	-	172.702	-	-	-	(172.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	419.463	-	38.756	4.364	319.702	-	782.285	2.288	784.573
As Demonstrações Financeiras completas com as respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Companhia.									
DIRETORIA									
Lucas Botelho Mattos									
CONTROLADORIA E FINANÇAS CONTROLLER									
Leigmar Marques Costa Martins									
Contadora-CRC MG 069.270-0									
Gerente de Controladoria									
Alexandro Pietro Cardoso									
Contador-CRC MG 095.661/O-5									

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-	722.691	701.738
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	-	-	(464.963)	(419.924)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	257.728	281.814
Recargas (despesas) operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	(5.824)	(3.081)	(38.037)	(32.741)
Despesas comerciais	(106)	(119)	(18.955)	(15.345)
Despesas tributárias	(623)	(760)	(2.278)	(2.073)
Resultado com equivalência patrimonial	180.332	127.323	(3.228)	(602)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.283	-	(16.344)	(43.507)
	176.062	123.363	(78.842)	(94.268)
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(1.360)	(67)	(7.262)	(78.221)
Receitas financeiras	19.422	15.971	47.674	49.910
	18.062	15.904	40.412	(28.311)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e da contribuição social	194.124	139.267	219.298	159.235
Imposto de renda e contribuição social	(2.765)	(2.619)	(26.379)	(33.041)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	191.359	136.648	192.919	126.194
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas:				
Não controladores	-	-	1.560	(10.454)
Controladores	191.359	136.648	191.359	136.648
Resultado líquido por ação	0,75	0,54	-	-

As Demonstrações Financeiras completas com as respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do período	191.359	136.648	192.919	126.194
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Depreciação e amortização	359	359	1.620	1.816
Resultado de equivalência patrimonial	(180.332)	(127.323)	3.228	602
Baixas do ativo imobilizado	-	-	9.278	3.069
Provisão para perdas de contas a receber	-	-	(552)	11.390
Provisão para perdas de investimentos	-	-	(2.816)	5.549
Provisão para garantia	-	-	4.908	4.914
Provisão para riscos trabalhistas e civis	-	-	17.889	28.529
Provisão para distritos	-	-	(4.208)	3.706
Impostos provisionados e não pagos	-	-	6.664	11.778
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	11.386	9.684	228.930	197.547
Aumento (redução) dos ativos operacionais	-	-	(246.267)	(198.316)
Contas a receber	-	-	1	(28.818)
Estoques	-	-	(14)	(101)
Depósitos judiciais	(1.491)	(52.830)	(676)	(933)
Créditos diversos	(865)	(630)	(676)	(933)
Despesas antecipadas	(1.649)	(630)	(676)	(933)
Obrigações trabalhistas e tributárias	907	945	9.572	15.178
Fornecedores	32	(5)	1.367	3.072
Outras contas a pagar	47.499	-	43.400	45.219
Adiantamento de clientes	-	-	(59.856)	-
Obrigações por permissões	-	-	(16.337)	(16.121)
Impostos e contribuições social pagas	(1.101)	(806)	(10.550)	(11.284)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	56.367	(43.011)	(79.819)	2.247
Fuio de caixa de investimentos e investimentos	-	-	-	-
Acrescimo de imobilizado	75.218	89.157	(788)	14.524
Acrescimo do ativo financeiro	-	-	(4.765)	(9.855)
Acrescimo do intangivel	-	-	23	(26)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	75.218	89.157	(5.530)	4.643
Fuio de caixa de atividades de financiamento	-	-	-	-
Ingresso de empréstimos	-	-	174.435	96.358
Amortização dos empréstimos	-	-	(57.778)	(73.316)
Juros pagos	-	-	-	(4.603)
Dividendos pagos	(285.349)	-	(285.349)	-
Aumento (redução) de não controladores	-	-	-	(574)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(285.349)	-	(66.692)	17.855
Aumento (redução) saldos de caixa e equivalentes de caixa	(153.764)	46.146	(254.041)	24.765
Aumento (redução) saldos de caixa e equivalentes de caixa no período	156.688	110.542	368.088	343.333
Disponibilidades e aplicações financeiras no início do exercício	2.924	156.688	114.047	368.088
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do exercício	-	-	-	-
Aumento (redução) saldos de caixa e equivalentes de caixa	(153.764)	46.146	(254.041)	24.765

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

VALLOUREC TUBOS PARA INDUSTRIA S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

20 - Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2023	2022 Reapresentado
Ativos financeiros:		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	104.001	82.236
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	54.414	88.682
Passivos financeiros:		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores e outras contas a pagar	86.900	102.740
Arrendamento financeiro	6.167	7.269

Risco de mercado
O risco de preço está relacionado à eventual volatilidade dos preços praticados pelos mercados nacional e internacional de tubos de aço.

Exposição a riscos de taxas de juros
A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados e aplicações financeiras vinculadas, principalmente, a variação do CDI e da TJLP.
A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos na data das demonstrações financeiras. São apresentados um cenário com a manutenção dos níveis de juros em 31 de dezembro de 2023 e dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:
• Cenário 1: Manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023;
• Cenário 2: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023; e
• Cenário 3: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.

Indicadores	Instrumento financeiro	Ativo	Passivo	Exposição	Taxa efetiva do período	Ref.	Efeito estimado na demonstração do exercício e patrimônio líquido para 31.12.24 (Acumulado)	Efeito estimado na demonstração do resultado do exercício e patrimônio líquido para 31.12.24 (Agravamento dos cenários)
Nota 5								
Cenário 1								
CDI (Rentabilidade Média 95,9% do CDI)	Aplicações Financeiras	103.615	-	103.615	12,93%	(i)	13.399	-
Total		103.615	-	103.615			13.399	-
Cenário 2								
CDI (Rentabilidade Média 95,9% do CDI)	Aplicações Financeiras	103.615	-	103.615	9,70%	(i)	10.050	(3.349)
Total		103.615	-	103.615			10.050	(3.349)
Cenário 3								
CDI (Rentabilidade Média 95,9% do CDI)	Aplicações Financeiras	103.615	-	103.615	6,47%	(i)	6.699	(6.700)
Total		103.615	-	103.615			6.699	(6.700)

(i) Dados obtidos no site do Banco Central do Brasil, conforme expectativa anual do indexador.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Vallourec Tubos para Indústria S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Vallourec Tubos para Indústria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vallourec Tubos para Indústria S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases
Transações com partes relacionadas
Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.13 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em decorrência da retificação de erros, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo retificadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

MARCELO SALVADOR
Contador
CRC Nº 1 MG 089422/O-0

Fique bem informado todo dia

Siga nosso canal no Whatsapp através do link <https://bit.ly/Comunidade-dc> ou pelo qrcode







Edição impressa produzida pelo Jornal
DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as integradas das Publicações Legais
contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.



SERRA DO CURRAL

Justiça libera processo de licenciamento

Fleurs Global Mineração obteve decisão favorável e mais o desbloqueio de R\$ 30 milhões das contas da empresa

THYAGO HENRIQUE

A Fleurs Global Mineração obteve decisão judicial favorável para a retomada do processo de licenciamento ambiental da companhia,

que opera nas proximidades da Serra do Curral, em Belo Horizonte. O parecer ainda determina o desbloqueio de R\$ 30 milhões das contas bancárias da empresa, bloqueados em março. En-

tretanto, as atividades no empreendimento permanecem suspensas.

No recurso, acatado parcialmente pelo desembargador Carlos Levenhagen nesta semana, a Fleurs afirmou

“ser descabida” a ordem de suspensão do processo de licenciamento ambiental, bem como o bloqueio do montante. A mineradora argumentou que não havia “dano ou iminente ameaça

ao meio ambiente” e afirmou não ter praticado qualquer ato ilícito.

“Não se revela razoável a determinação de paralisação do procedimento administrativo, mormente pelo fato das

afirmadas nulidades e vícios carecerem de comprovação, a depender de instrução probatória, sendo observados os princípios do contraditório e da ampla defesa”, argumenta a empresa.

Responsável por mover a ação civil pública, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) alega que a empresa burlou o processo de licenciamento. No requerimento, o órgão também aponta que, nos seis anos de atividade da companhia, a mesma registra diversas irregularidades ambientais, a fim de obter autorizações rápidas e superficiais para sua operação.

Responsável por mover a ação civil pública, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) alega que a empresa burlou o processo de licenciamento

Desde o início dos trabalhos da Fleurs na Serra do Curral, o empreendimento minerário, composto por duas unidades de tratamento de minérios, pilha de disposição de rejeitos, além de outras estruturas administrativas e operacionais, é alvo de disputa na Justiça. Localizado às margens do rio das Velhas, em Raposos, na região Central do Estado, o local possui cerca de 79 hectares.

Em 2022, o MPMG conseguiu uma liminar para interromper as atividades, contudo, a perdeu meses depois por decisão judicial. Em 2023, a Justiça Federal suspendeu os trabalhos, mas a sentença foi revogada posteriormente. A operação da companhia era mantida por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), porém, a validade do acordo chegou ao fim em fevereiro, sem previsão de renovação. Atualmente, as operações estão suspensas por tempo indeterminado.

A reportagem entrou em contato com a Fleurs e aguarda posicionamento. Já o MPMG informou que não vai recorrer da decisão. Por nota, o órgão disse que não vai contestar o parecer da Justiça mineira, pois entende que a suspensão dos trabalhos no local é a prioridade atual.

“A Fleurs Global recorreu de decisão que suspendeu o processo de licenciamento ambiental e as atividades de mineração próxima à Serra do Curral. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais atendeu parcialmente o pedido da mineradora, permitindo que possa haver um processo de licenciamento. No entanto, a decisão judicial manteve as atividades do empreendedor paralisadas. O MPMG não irá recorrer da decisão por entender que, no momento, o mais importante é que não haja nenhuma atividade no local.”

LÍDER VEÍCULOS S.A.

CNPJ: 02.789.552/0001-56-NIRE: 3130010711

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3.865.046	4.759.947
Aplicações em fundos de montadora	66.379.313	57.755.763
Clientes	16.174.430	13.903.852
Créditos fábrica e terceiros	11.510.814	10.341.314
Estoques	91.554.369	68.944.269
Impostos a recuperar	2.780.616	20.566
Despesas antecipadas	143.818	68.805
TOTAL DO CIRCULANTE	192.408.046	155.794.516
NÃO CIRCULANTE		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais	1.257.823	1.162.090
Outros valores	131.103	108.295
	1.388.926	1.270.385
INVESTIMENTOS		
IMOBILIZADO		
ATIVO DO DIREITO DE USO		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	40.103.413	19.979.156
TOTAL DO ATIVO	232.511.819	175.773.672
	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores de veículos e peças	81.244.944	65.351.918
Fornecedores de consumo	4.570.450	2.686.292
Empréstimos e financiamentos	1.978.747	1.785.420
Arrendamentos a pagar	7.350.755	2.302.721
Obrigações trabalhistas	6.204.503	5.793.987
Tributos a pagar	10.764.332	8.446.781
Adiantamentos de clientes	3.293.216	2.683.960
Outras obrigações	1.113.331	973.309
TOTAL DO CIRCULANTE	107.128.346	83.275.021
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar	21.784.177	8.086.099
Outras obrigações	36.243.851	22.118.933
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	58.028.028	30.205.032
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	10.311.558	10.311.558
Reserva de capital	2.544	2.544
Reserva Estatutária	25.236.720	7.349.915
Reserva legal	2.062.312	2.062.312
Lucro a disposição da assembleia	8.071.606	20.897.585
Lucros acumulados	21.669.705	16.697.705
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.354.445	62.293.619
TOTAL DO PASSIVO	232.511.819	175.773.672

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$)

Descrição	Capital Social		Re-serva		Reserva		Lucro do Exercício à Disposição da Assembleia		Resultado Líquido do Exercício	Lucros Acumulados	
	31/12/2023	31/12/2022	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Lucros Acumulados		31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31.12.2021	13.875.846	2.544	2.440.575	1.182.123	13.364.527	1.461.503	6.549.266	52.885.122	-	-	
Incorporação de ativos	2.702.849	-	2.702.849	-	350.878	1.792.052	-	-	-	-	
Cisão parcial de ativos	(7.778.442)	-	-	(7.778.443)	-	-	-	(15.556.885)	-	-	
Integralização de capital	1.511.305	-	-	-	-	-	-	(1.511.305)	-	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	22.246.072	22.246.072	
Distribuição aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.829.956)	(3.829.956)	
Reserva estatutária	-	-	-	12.145.799	-	-	(12.145.799)	-	-	-	
Reserva de Legal	-	-	-	-	529.311	-	-	-	(529.311)	-	
Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	-	-	-	17.886.805	-	-	-	
Saldo em 31.12.2022	10.311.558	2.544	7.349.915	2.062.312	20.897.585	17.886.805	10.047.826	62.293.619	-	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	22.246.072	22.246.072	
Distribuição aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.987.000)	(4.987.000)	
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	-	-	-	5.060.826	-	-	-	
Saldo em 31.12.2023	10.311.558	2.544	25.236.720	2.062.312	8.071.606	17.886.805	5.060.826	67.354.445	-	-	

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	689.575.730	655.887.375
Custos das vendas e serviços prestados	(587.728.957)	(555.770.810)
LUCRO BRUTO	101.846.773	100.116.565
Despesas com vendas	(51.990.190)	(46.727.509)
Despesas administrativas	(20.839.749)	(17.782.180)
Depreciações e amortizações	(1.914.184)	(1.594.115)
Amortizações diretos de usos	(6.171.603)	(2.259.748)
Despesas vendas de imobilizados	(1.373.872)	(983.435)
Receitas vendas de imobilizados	2.213.115	-
Outras receitas operacionais,	2.410.060	1.702.448
Lucro operacional antes dos resultado financeiros	24.180.350	34.414.216
Despesas financeiras	824.699	1.104.154
Despesas financeiras	(9.960.998)	(6.289.749)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(9.136.299)	(5.185.595)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (-) Contribuição Social	15.044.051	29.228.621
(-) Imposto de Renda	(1.352.755)	(1.093.381)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.047.826	22.246.072
ATRIBUÍVEL A:		
Acionista controlador	4.795.144	10.616.537
Participação dos não controladores	5.252.682	11.629.535
	10.047.826	22.246.072

Demonstração do resultado abrangente para o exercício em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	10.047.826	22.246.072
Resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	10.047.826	22.246.072
Atribuível a:		
Acionista controlador	4.795.144	10.616.537
Participação dos não controladores	5.252.682	11.629.535
	10.047.826	22.246.072

1. Das atividades operacionais

A-Provenientes das operações:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	10.047.826	22.246.072
Depreciação/amortização	1.914.184	1.594.115
Amortização de direito de uso	6.171.603	2.259.748
Resultado (positivo) negativo vendas invest/imobil/intang.	(839.243)	(958.755)
Baixa de imobilizado	8.028	-
(=) Lucro líquido ajustado	17.302.398	25.141.180
B-Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:		
Pelo (aumento) diminuição do conta a receber	(2.270.578)	(4.099.385)
Pelo (aumento) diminuição de outros créditos	(3.929.550)	(4.633.249)
Pelo (aumento) diminuição da conta de aplicações em fundos de montadora	(8.623.550)	(25.892.833)
Pelo (aumento) diminuição da conta de estoques	(22.610.100)	(35.412.026)
Pelo (aumento) diminuição da conta de despesas antecipadas	(75.013)	81.541
Pelo (aumento) diminuição do realizável a longo prazo	(118.541)	(100.905)
Pelo aumento (diminuição) da conta de fornecedores	1.884.158	(343.066)
Pelo aumento (diminuição) da conta de financiamento fábrica	15.893.026	41.739.074
Pelo aumento (diminuição) do contas a pagar	14.960.698	18.105.507
Arrendamentos pagos	(5.113.686)	(2.543.505)
(=) Total dos acréscimos/decrécimos nos ativos e passivos	(10.003.106)	(13.098.847)
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.299.292	12.042.333
2-Das atividades de investimentos		
Caixa recebido por incorporação	-	1.255.397
Pela aquisição) baixa de investimento	-	(400.000)
Pela aquisição de imobilizado	(6.513.635)	(2.555.160)
Pelo recebimento na venda de invest/imobil./intang.	2.213.115	1.942.190
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(3.400.520)	242.427
3-Das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento-passivo circulante	193.327	(5.940.764)
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento-passivo não circulante	-	(586.858)
(-) Pagamento de lucros aos sócios	(4.987.000)	(4.429.956)
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(4.793.673)	(10.957.578)
4-Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(894.901)	1.327.182
5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4.759.947	3.432.765
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	3.865.046	4.759.947
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	(894.901)	1.327.182

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A LÍDER VEÍCULOS S/A, ("LÍDER VEÍCULOS" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ 02.789.552/0001-56 com sede na cidade do Belo Horizonte, MG, é concessionária da General Motors do Brasil LTDA. A Companhia é controlada por LIDER PARTICIPAÇÕES S/A, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Apuração do resultado: Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações financeiras e apuração dos resultados. a.1) Reconhecimento da receita: As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: a.1.i) Venda de mercadorias e prestação de serviços: A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle é substituído pelo princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: i) identificação do contrato com o cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação; e por fim, v) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida. a.1.ii) Vendas de serviços financeiros: Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. b) Caixa e equivalentes de caixa: Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. c) Instrumentos

Luiz Fabiano Gonçalves de Faria / Diretor / CPF/MF sob o nº: 027.159.486-11; João Adolfo Rodrigues Duvalnet / Diretor / CPF/MF sob o nº: 166.784.436-91; Diego Cassani Leal / Diretor / CPF/MF sob o nº: 0186430 / CPF/MF sob o nº: 058.498.527-43

As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG-audítores independentes CRC/MG 005455/O-1



ÍNDUSTRIA

Produção mineira cresce acima da nacional

Alta foi de 5,8% no bimestre, diz IBGE

MICHELLE VALVERDE

Em fevereiro, a produção industrial de Minas Gerais cresceu 0,9% em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal. Com isso, a produção industrial encerrou o primeiro bimestre com alta de 5,8%. Os resultados de Minas Gerais foram mais positivos que os vistos no Brasil. Em fevereiro, enquanto a indústria mineira cresceu, a produção do País recuou 0,3%, acumulando, então, uma alta de 4,3% no primeiro bimestre.

Conforme a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF Regional), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando fevereiro frente a janeiro, Minas Gerais foi a quinta influência positiva no indicador geral. Os resultados positivos contribuíram para que, no acumulado dos últimos 12 meses, a indústria de Minas Gerais crescesse 3,1%, frente à variação positiva de apenas 1% vista no resultado nacional.

A alta de 5,8% registrada no acumulado do ano foi puxada, principalmente, pela indústria extrativa, que, em Minas Gerais, cresceu 12,7%. A produção da indústria de transformação ficou 3,2% maior.

Conforme o IBGE, considerando o resultado do primeiro bimestre, 10 atividades apresentaram expansão da produção em Minas Gerais. Os destaques positivos foram as altas em produtos de metal (19,3%) e em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (19,0%). Já a maior retração foi verificada em máquinas e equipamentos, 10,8%.

Manutenção de bom desempenho - De acordo com o economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos da Silva, a indústria mineira segue com resultados mais favoráveis que o Brasil.

“O resultado da indústria mineira é muito positivo. É positiva sob todas as óticas que a gente possa comparar com o Brasil. Esse crescimento de 5,8% no primeiro bimestre foi puxado pelo bom desempenho da indústria extrativa no Estado, com alta de 12,7%, ao passo que a indústria extrativa do Brasil performou metade disso, com alta de 6,1%. A indústria de transformação do Estado também tem performedo bem. No período, o crescimento foi de 3,2%, ficando, então, pouco abaixo do crescimento da indústria de transformação do Brasil, que cresceu 4%”.

Ainda segundo o economista do BDMG, o resultado mais expressivo em Minas Gerais frente ao Brasil se deve às características próprias do Estado. “Tivemos um comportamento nesse primeiro bimestre que foi negativo em veículos em

máquinas, e ambos têm um peso maior no Estado do que no País. Mas, temos outros setores que estão performando bem e compensando, como bebidas e segmentos da cadeia automotiva que não foram tão impactados pela sazonalidade negativa de início de ano, como no caso de produtos de metal e materiais elétricos”, explicou.

Ante fevereiro de 2023 - A alta também foi vista na comparação do desempenho da indústria de Minas Gerais em fevereiro com o mesmo mês do ano anterior. Conforme o IBGE, no perí-

ocorreram em máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 30%, produtos de metal, 21,6% e c, papel e produtos de papel, com aumento de 16,7%.

No sentido oposto, as reduções mais expressivas aconteceram na indústria de máquinas e equipamentos, com queda de 11,9%, e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustível, 7%.

Perspectivas são positivas - Para o economista-chefe do Banco de Desenvolvi-

Os resultados positivos contribuíram para que, no acumulado dos últimos 12 meses, a indústria de Minas Gerais crescesse 3,1%, frente à variação positiva de apenas 1% vista no País

odo a elevação foi de 5,2%, sendo a quarta influência positiva no indicador geral. No Brasil, a expansão foi de 5%.

Mantendo a mesma base de comparação, houve avanço de 7,1% na indústria extrativa de Minas e de 4,4% na de transformação. Neste caso, conforme o IBGE, das 14 atividades de Minas Gerais, 12 apresentaram crescimento na produção industrial quando comparado com o mesmo mês do ano anterior.

As maiores variações

mento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos da Silva, a tendência é que a indústria mineira siga em crescimento.

“Para os próximos meses, esperamos crescimento da atividade industrial do Estado. A redução da taxa de juros e da inflação e a melhora no mercado de crédito devem manter aquecida a demanda por bens industriais. Adicionalmente, o crescimento da indústria extrativa deve ampliar a demanda por bens de capital”, explicou.

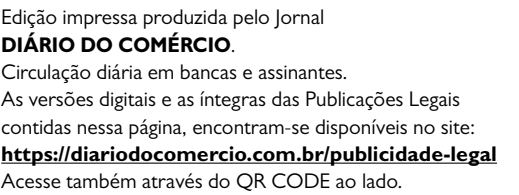


WASHINGTON ALVES / REUTERS

Considerando o resultado do primeiro bimestre, 10 atividades apresentaram expansão da produção em Minas Gerais

Concessionária Mineirinho SPE S.A.									
CNPJ nº 47.530.243/0001-03									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022									
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativo	31/12/2023	31/12/2022							
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	93.556	692.788							
Contas a receber de clientes	331.626	19.982							
Adiantamentos	3.054.788	80.026							
Tributos a recuperar	8.743	-							
Partes relacionadas	-	3.000.000							
Despesas antecipadas	38.269	54.307							
	3.526.982	3.847.103							
Não circulante									
Contas a receber de clientes	19.982	-							
Imposto diferido	330.546	-							
Imobilizado	3.820	1.622.183							
Intangível	2.402.810	102.386							
	2.757.157	1.724.570							
	6.284.139	5.571.673							
Total do ativo									
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores	226.301	564.870							
Obrigações trabalhistas e tributárias	102.138	1.020							
Provisão férias e encargos sociais	49.087	-							
Adiantamentos	171.849	257.155							
Concessões e serviços públicos a pagar	-	103.620							
Outras contas a pagar	5.326	18.707							
	554.701	945.373							
Não circulante									
Adiantamentos	-	1.380.648							
Partes relacionadas	3.320.872	196.139							
	3.469.710	1.576.787							
Patrimônio líquido									
Capital social	4.721.410	4.721.410							
Prejuízos acumulados	(2.312.844)	(1.671.897)							
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	2.408.566	3.049.513							
Total do passivo e patrimônio líquido	6.284.139	5.571.673							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
	31/12/2023	31/12/2022							
Receita líquida	1.789.275	954.791							
Custo dos serviços prestados	(246.334)	(441.771)							
Lucro bruto	1.542.941	513.020							
Receitas (despesas) operacionais:									
Despesas gerais e administrativas	(2.562.689)	(2.184.372)							
Outras receitas (despesas) operacionais	54.545	835							
	(2.508.144)	(2.183.537)							
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	1.738	38							
Despesas financeiras	(8.027)	(1.418)							
	(6.289)	(1.380)							
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(971.493)	(1.671.897)							
IRPJ e CSLL	330.546	-							
Prejuízo do exercício	(640.947)	(1.671.897)							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
	31/12/2023	31/12/2022							
Prejuízo do exercício	(640.947)	(1.671.897)							
Total do resultado abrangente do exercício	(640.947)	(1.671.897)							
Total do resultado abrangente atribuível a									
Acionistas da Companhia	(640.947)	(1.671.897)							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
1. Contexto Operacional: A Concessionária Mineirinho SPE S.A. ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Av. Antonio Abraham Caram, 1000, no bairro São Luiz, na cidade de Belo Horizonte - MG, constituída em 11/08/2022. A Companhia tem por objetivo a atividade de Concessão de Uso, a título oneroso, do Estádio Jornalista Felipe Drummond - "Mineirinho". A Companhia apresenta em 31/12/2023 os montantes de R\$ 2.312.844 e R\$ 2.408.566 de prejuízos acumulados e patrimônio líquido, respectivamente, por estar em fase de investimento na revitalização do Complexo do Mineirinho. 2. Demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia, apresentadas abaixo são elaboradas em conformidade com as práticas e dispositivos legais aplicáveis. 3. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações									
As demonstrações financeiras completas, compostas por Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado do Exercício, da Mutação do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Resultado Abrangente, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, encontra-se disponíveis na sede da companhia estão publicadas no jornal Diário do Comércio de MG na versão digital em 10/04/2024.									
Diretoria									
Rafael Carneiro Bastos de Carvalho - Diretor									
Contador									
Clécio Gomes de Jesus - Contador - CRC ISP 336364/O-1									

RECREIO BH VEÍCULOS S.A.									
CNPJ: 01.929.665/0001-47-NIRE: 31300102149									
RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.									
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)									
	31/12/2023	31/12/2022							
ATIVO									
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	3.330.887	3.072.738							
Clientes	12.821.308	13.112.212							
Créditos fábrica e terceiros	17.001.504	17.577.709							
Estoque	56.127.825	58.510.891							
Impostos a recuperar	1.798.326	22.945							
TOTAL DO CIRCULANTE	91.077.850	92.296.498							
NÃO CIRCULANTE									
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO									
Depósitos judiciais	1.326.924	185.044							
	1.326.924	185.044							
INVESTIMENTOS	2.296.944	2.296.944							
IMOBILIZADO	55.771.290	54.244.378							
ATIVO DE DIREITO DE USO	-	598.549							
INTANGÍVEL	7.225.000	2.166.667							
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	66.620.158	59.491.582							
TOTAL DO ATIVO	157.698.008	151.788.077							
	31/12/2023	31/12/2022							
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Fornecedores de veículos e peças	37.528.587	37.543.529							
Fornecedores de consumo	3.897.026	3.936.285							
Empréstimos e financiamentos	1.491.942	2.361.411							
Arrendamentos a pagar	-	294.404							
Obrigações trabalhistas	5.466.864	5.068.186							
Tributos a recolher	2.600.983	2.544.033							
Adiantamentos de clientes	7.353.273	5.838.661							
Outras obrigações	750.715	2.143.974							
TOTAL DO CIRCULANTE	59.089.390	60.130.483							
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	210.823	1.905.567							
Arrendamentos a pagar	-	313.309							
Outras obrigações	6.630.146	7.403.831							
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.840.969	9.622.707							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social	15.240.000	15.240.000							
Reserva estatutária	32.072.770	24.103.389							
Reserva legal	3.048.000	3.048.000							
Lucro a disposição da assembleia	9.732.762	7.969.381							
Lucros acumulados	31.674.117	31.674.117							
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91.077.850	92.296.498							
TOTAL DO PASSIVO	157.698.008	151.788.077							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)									
1. CONTEXTO OPERACIONAL: A RECREIO B.H. VEÍCULOS S/A. ("RECREIO B. H." ou "Companhia"), inscrita no CNPJ 01.929.665/0001-47 com sede na cidade do Belo Horizonte - MG é concessionária da Volkswagen do Brasil S/A. A Companhia é controlada pela J. L. BRAZ PARTICIPAÇÕES S/A. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2024. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:									
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$)									
	31/12/2023	31/12/2022							
Descrição									
Saldo em 31.12.2021									
Resultado líquido do exercício									



ESTAMPARIA S.A.
QUALIDADE EM TÊXTEIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 Ficam os Senhores Acionistas da Estamparia S.A. convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27/04/2024, às 14h00, no local social da Companhia, à Rua Maria de Lacerda, 215 - Contagem, Minas Gerais, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem de dia: Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; 2. Aprovar o balanço líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; 3. Fixar a remuneração anual dos administradores; 4. Outros assuntos. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta ou obtenção de cópia, no endereço eletrônico de contabilidade: Renato@estamparia.com.br, através do e-mail renato@estamparia.com.br.



POLÍTICA

INVESTIMENTOS

R\$1 bilhão para obras rodoviárias em Minas

Ministro dos Transportes fez anúncio

JULIANA SODRÉ

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou em São João del-Rei, no Campo das Vertentes, onde cumpriu o segundo dia de agenda de compromissos no Estado, que Minas Gerais receberá, só este ano, R\$1 bilhão para obras em rodovias. “Assumi o compromisso de estar todos os meses em Minas Gerais para impulsionar esta agenda e conquistar os investimentos que são esperados há muitos anos”, frisou.

Depois de passar por Monte Alegre de Minas, no Triângulo Mineiro, na última segunda (8), e anunciar no Vale do Aço, na companhia do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, investimentos da ordem de R\$ 130 milhões nas BRs 381 e 116, Renan Filho assinou ontem, em São João del-Rei, o termo de ordem de serviço para o início de obras de adequação da BR-265, que prevê verba de R\$ 53 milhões, conforme antecipou o DIÁRIO

DO COMÉRCIO.

De acordo com o ministro, apenas neste exercício, o atual governo investirá nas estradas mineiras um volume cinco vezes maior que o governo anterior. “O último ano do governo Bolsonaro investiu R\$ 216 milhões em toda Minas Gerais. Só neste contrato de hoje, estamos investindo R\$ 53 milhões. Vamos investir, neste ano, mais de R\$ 1 bilhão”, disse o ministro.

Renan Filho ressaltou que o Estado terá um volume de investimentos considerável, ancorado em outros contratos pelo País. “Estamos fechando contratos que vão abrir um volume de investimentos importante para o estado de Minas Gerais. Será um novo momento para Minas”, ressaltou.

Em dois dias de visita ao Estado, o ministro dos Transportes, Renan Filho, entregou o Complexo Viário do Trevão, em Monte Alegre de Minas, que compreende o entroncamento entre as BRs 153 e 365, anunciou os investimentos para as BRs 381



A BR-265/MG, entre entre Lavras e Nazareno, será 100% recuperada, segundo o ministro

Renan Filho adiantou que o novo leilão da BR-381 deve ocorrer em agosto. E disse que o atual governo investirá nas estradas de MG cinco vezes mais que o antecessor

e 116 e, ontem finalizou a visita ao Estado com a assinatura das obras de intervenções na BR-265.

Ao lembrar todas as entregas, prometeu ainda mais investimentos para a malha rodoviária mineira e disse estar confiante no leilão da BR-381, que deve acontecer, de acordo com ele, em agosto.

O ministro explicou que só está aguardando a autorização do Tribunal de Contas da União (TCU) para abrir o edital. E lembrou que após o edital publicado são necessários cem dias para que todos tomem

conhecimento do leilão. “Em agosto vamos fazer o leilão da BR-381, que agora será exitoso porque melhoramos os parâmetros para licitação. Têm obras do governo federal em todas as regiões de Minas e os investimentos serão crescentes até o final do governo do presidente Lula”, disse.

Obras entregues em setembro - As obras para manutenção da BR-265 compreendem o trecho que liga a BR-040 à BR-381 e têm previsão de conclusão para setembro. “De Lavras a Barbacena, vamos ajeitar a BR-265 toda passando por Nazareno e São João del-Rei”, disse o ministro dos Transportes.

A BR-265 é uma das rodovias mais perigosas de Minas Gerais, com pistas estreitas, curvas acentuadas e trechos sinuosos. Há anos os motoristas que passam pelo trecho reclamam da falta de manutenção na estrada que dá acesso, inclusive, a algumas cidades históricas do Estado.

Para os usuários da BR-265, a construção das terceiras pistas

é considerada uma obra fundamental para garantir mais segurança na estrada. Sobre elas, o ministro afirmou que já existem algumas terceiras pistas, como no trecho de São João de Rei - Barbacena. “Agora, vamos fazer de São João del-Rei a Lavras, por meio de um contrato que será discutido em setembro. Virei entregar este contrato que assinamos hoje e discutir os investimentos de 2025/2026, que certamente incorporarão as terceiras faixas e a possibilidade de contornos rodoviários”, adiantou.

Além de Renan Filho, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, estava acompanhando o ministro dos transportes na agenda em Minas Gerais, mas não conseguiu estar presente no segundo dia. O motivo foi a cerimônia de assinatura da Medida Provisória das Energias Renováveis e da Redução Tarifária, em Brasília, na qual acompanhou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

SEF-MG

Luciana Mundim é nova secretária adjunta

A tributarista Luciana Mundim de Mattos Paixão foi nomeada pelo governador Romeu Zema (Novo) para o cargo de secretária de Estado adjunta de Fazenda de Minas Gerais. Natural de Belo Horizonte, a profissional é formada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tem participação destacada em conselhos e entidades de classe, sempre atuando com a questão tributária, sendo uma referência na área e com inúmeros artigos publicados em livros de Direito Tributário. A nomeação foi publicada no Diário Oficial do último sábado (6).

Luciana Mundim preenche o cargo que estava vago desde que o antigo adjunto, Luiz Claudio Gomes, assumiu a secretaria de Fazenda em substituição a Gustavo Barbosa, que deixou a pasta para atuar como chefe da Assessoria Especial do vice-governador Mateus Simões (Novo).

Dentre as experiências de Luciana, destacam-se a presidência do Conselho de Contribuintes de Minas Gerais (CCMG), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) responsável por julgar os conflitos tributários entre a iniciativa privada e o Fisco, e ter coordenado o



Tributarista de BH ocupou recentemente a assessoria da Fiemg

Grupo de Trabalho de Obrigações Acessórias, criado pelo governo estadual em 2019, cuja missão foi elaborar medidas de simplificação tributária para

melhorar o ambiente de negócios e incentivar a atração de investimentos para o estado.

Também foi Conselheira Suplente do Conselho de Re-

ursos Fiscais de Belo Horizonte (CART/BH), diretora da Associação Brasileira de Direito Tributário (Abradt) e representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) no Conselho Tributário da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Recentemente, ocupou a assessoria da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), responsável pela orientação das indústrias mineiras sobre as legislações tributárias municipais, estaduais e federal. **(Com informações da Secretaria de Estado de Fazenda)**

ENERGIA

Presidente Lula assina MP para reduzir conta de luz

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou ontem uma medida provisória (MP) com o objetivo de cortar as tarifas de luz no País. O preço da energia é uma das principais preocupações do mandatário em meio à queda de popularidade identificada em pesquisas de opinião.

O texto tem como objetivo central permitir a antecipação de recursos que seriam pagos pela Eletrobras, privatizada em 2022, e direcioná-los à redução de valores da conta de luz. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, são R\$ 11 bilhões a serem securitizados e até 5% de redução nas tarifas.

O montante vai quitar prestações de dois empréstimos feitos pelo setor elétrico em momentos de crise, a Conta Covid (que cobriu perdas com a queda no consumo na pandemia) e a Conta Escassez Hídrica (que bancou térmicas durante a seca de 2022). Sem a

antecipação, esses pagamentos pesariam no bolso do consumidor.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirma que a gestão de Jair Bolsonaro (PL) foi responsável pelos empréstimos, que, segundo ele, têm juros altos e encarecem a conta paga por empresas e famílias. “Foi uma bomba de efeito retardado que estourou no meu colo. No colo do consumidor”, disse em entrevista à Folha de S.Paulo.

Ontem, o ministro aproveitou para reforçar as críticas à gestão Bolsonaro. “Vamos corrigir um erro grotesco do governo anterior. Alguém achou uma ótima ideia fazer negócios com juros elevadíssimos e jogar o boleto no colo dos brasileiros e brasileiras mais pobres e da classe média, que são os consumidores regulados”, afirmou.

“Mas eles não contavam que o presidente Lula seria



De acordo com o Ministério de Minas e Energia, são R\$ 11 bilhões a serem securitizados

novamente eleito pela nossa gente e chegamos aqui para corrigir mais esse erro do desgoverno anterior”, disse o titular da pasta, que ainda afirmou que os gestores anteriores não pensavam no povo,

“mas somente em narrativas de rede social”.

A autorização para a securitização dos recursos da Eletrobras é para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade

privada que tem como tarefa a comercialização de energia no sistema interligado nacional.

Projetos de geração - Em um segundo ponto, a MP também prorroga prazos de projetos de

QUALIFICAÇÃO

Prefeitura faz parceria com escritório da ONU

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) firmou uma parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) para o desenvolvimento de novos polos de qualificação do espaço urbano na capital. O termo de compromisso foi assinado pelo prefeito Fuad Noman e o diretor e representante do UNOPS no Brasil, Fernando Barbieri. A iniciativa, chamada de Programa de Qualificação das Centralidades, prevê investimento de R\$ 135 milhões do Fundo de Desenvolvimento Urbano das Centralidades em projetos nos próximos quatro anos.

A parceria, coordenada pela Secretaria Municipal de Política Urbana, vai viabilizar, nas nove regionais da Capital, o desenvolvimento de polos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em áreas definidas como Centralidades pelo Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 11.181/19).

O Programa de Qualificação das Centralidades prevê uma cooperação dividida em três resultados. O primeiro é o planejamento, gestão, monitoramento e controle; o segundo é a implementação e consolidação das iniciativas do programa e, por fim, a avaliação final da cooperação.

A expectativa, conforme a PBH, é que a cooperação seja um grande passo frente aos desafios de equacionar necessidades de moradia, proteção ambiental, desenvolvimento econômico, mobilidade, dentre outras demandas cotidianas de toda a cidade.

O UNOPS é um organismo das Nações Unidas especializado em infraestrutura, compras sustentáveis e gestão de projetos. Presente em mais de 80 países e com atuação no Brasil desde 2012, o escritório atua principalmente em projetos de infraestrutura (como, por exemplo, a construção de escolas e hospitais), iniciativas de recuperação socioeconômica, apoio em compras e logística, urbanização de assentamentos e modernização do sistema de justiça juvenil. **(Com informações da PBH)**



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

CRÉDITO RURAL

Produtores mineiros já contrataram R\$ 38,8 bilhões

Desembolsos nos primeiros oito meses da safra cresceram 13%, diz Seapa

MICHELLE VALVERDE

Os produtores rurais de Minas Gerais estão demandando mais crédito na safra 2023/24. Conforme dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), somente nos primeiros oito meses da safra, os desembolsos cresceram 13%. Ao todo, já foram liberados R\$ 38,81 bilhões ante os R\$ 34,22 bilhões

No País, crédito liberado chegou a R\$ 291,52 bilhões entre julho de 2023 e fevereiro de 2024, valor que representa alta de 16% frente à safra passada

registrados em igual intervalo da safra passada.

Com o montante, Minas Gerais recebeu 13% do total de crédito liberado para o País, que chegou a R\$ 291,52 bilhões entre julho de 2023 e fevereiro de 2024, valor que cresceu 16%. Assim como nos meses anteriores, entre as linhas disponíveis no crédito rural, a mais demandada foi a de custeio, que encerrou os primeiros oito meses da safra com alta de 11% e desembolso de R\$ 22,81 bilhões em crédito para Minas Gerais.



Somente em fevereiro, cultura que demandou maior volume de crédito foi café, com R\$ 209 mi

Conforme a Seapa, entre julho de 2023 e fevereiro de 2024, foram aprovados 185.367 contratos para Minas Gerais, volume 10% maior que o registrado no mesmo período da safra passada.

Para a agricultura mineira, foi desembolsado um total de R\$ 27,13 bilhões em crédito nos primeiros oito meses da safra atual, aumento de 14% frente aos R\$ 23,87 bilhões registrados entre julho de 2022 e fevereiro de 2023. O número de contratos aprovados somou 93.123, ficando, então, 8% superior ao registrado anteriormente.

Para a pecuária, os desembolsos do crédito rural já somam R\$ 11,68 bilhões e estão 13% maiores. A aprovação de contratos aumentou 12%, somando, assim, 92.239 liberações.

Maior demanda - Dentre as linhas do crédito rural, a maior demanda é pelos recursos da linha de custeio. Os desembolsos para o Estado já somam R\$ 22,81 bilhões e estão 11% maiores que os R\$ 20,51 bilhões registrados em igual período do ano-safra anterior. Ao todo, foram aprovados 89.521 contratos, aumento de 7%.

No caso da agricultura, a demanda pelos recursos da linha de custeio aumentou 10%, chegando, então, a um desembolso de R\$ 14,65 bilhões. No período, a aprovação de contratos, 51.348, cresceu 9%.

Somente em fevereiro, a cultura que demandou maior volume de crédito foi o café, com um total de R\$ 209,4 milhões, no mesmo mês do ano anterior, a demanda da

cultura era de R\$ 184,48 milhões. Em segundo lugar, foi a soja, com R\$ 147,66 milhões, seguido pelo milho, R\$ 70,33 milhões, alho, com R\$ 54,48 milhões, e cana-de-açúcar, R\$ 20,63 milhões.

Na pecuária, houve aumento de 13% na busca pelos créditos da linha de custeio. Nos primeiros oito meses da safra 2023/24, o setor foi responsável pela tomada de R\$ 8,16 bilhões em recursos para custeio da produção. Foram aprovados 38.173 contratos, volume 4% maior.

No oitavo mês do ano-safra, a maior demanda veio da produção de bovinos, cujos desembolsos somaram R\$ 521,2 milhões. Para suínos, as liberações somaram R\$ 32,08 milhões. A avicultura ficou com R\$ 14,98 milhões.

Além de custeio, demais linhas também crescem

Assim como visto na linha de custeio, a demanda dos produtores mineiros pelo crédito da linha de investimento e comercialização também ficou maior. No caso da linha de investimento, o desembolso cresceu 4% no Estado, chegando, então, a um valor de R\$ 8,22 bilhões.

Do total de crédito liberado, R\$ 5,31 bilhões foram para investimentos na agricultura,

valor 1% menor. Nos primeiros oito meses da safra a aprovação de contratos, 38.264, subiu 4%.

No mesmo período, a pecuária demandou R\$ 2,92 bilhões de crédito da linha de investimento. Assim, a demanda ficou 15% maior que os R\$ 2,54 milhões liberados nos primeiros oito meses da safra 2022/23. A aprovação de contratos chegou a 53.837, variação positiva de 18%.

Conforme a Seapa, a linha de comercialização também registrou alta na demanda. Nos oito primeiros meses do ano-safra, foram desembolsados R\$ 5,62 bilhões em crédito para Minas Gerais. O valor subiu 38%.

A alta expressiva veio da demanda firme da agricultura. No intervalo, o setor demandou R\$ 5,46 bilhões da linha, aumento de 40%. O número de

contratos ficou 61% superior, somando, então, 3.374 unidades aprovadas.

No mesmo período, os recursos voltados para a comercialização dos produtos pecuários foi de R\$ 160 milhões, queda de apenas 8%. A aprovação de contratos para o setor caiu 15%, ensinando o período com 181 unidades. (MV)

AZEITE FRAUDADO

Governo intercepta carga de 20 mil litros

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) devolveu para a Argentina, país de origem, a carga de 20.400 litros de azeite de oliva falsificado que foi interceptada no início de março pela equipe de fiscalização da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), unidade de Foz do Iguaçu (PR), no momento da importação.

A retirada do produto do mercado brasileiro ocorreu nesta segunda-feira (8), após as amostras fiscais, submetidas à análise em laboratório, demonstrarem no resultado que se tratava de óleo classificado como tipo lampante, produto este considerado impróprio para o consumo e que poderia ser usado na fraude de azeites.

De acordo com o chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do Paraná (Sipov/PR), Fernando Mendes, o azeite de oliva é o produto obtido somente do fruto da oliveira, sendo excluído todo e qualquer óleo obtido pelo uso de solvente ou pela mistura



Produto que continha óleo lampante foi devolvido para Argentina

com outros óleos, independentemente de suas proporções. “A adição de qualquer outro produto ao azeite já caracteriza fraude”, explicou.

As fraudes de azeites realizadas por empresas no Brasil, na sua maioria clandestinas, utilizam óleos não comestíveis e impróprios para o consumo humano, como, por exemplo, o azeite lampante, que oferece um grande risco para a saúde do consumidor. O lampante, azeite de baixa qualidade, caracterizado por sua alta acidez, sabores estranhos e

impurezas, foi historicamente usado como combustível para lâmparinas.

A atuação da fiscalização federal agropecuária no combate à fraude em azeite de oliva é realizada por meio da coleta de amostras fiscais em envasadores, distribuidores e mercados, que são analisadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA).

É importante ressaltar que a maioria do azeite de oliva disponível no mercado nacional é importada. O padrão oficial para a classificação vegetal

de alimentos e produtos de origem vegetal, determinado pelo Mapa, é coordenado e fiscalizado pelo Departamento de Inspeção de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária, que classifica e certifica os produtos importados.

O Departamento também definiu procedimentos operacionais aplicáveis aos processos de importação de azeite de oliva e óleo de bagaço de oliva, utilizando critérios de risco para selecionar os processos de importação que devem ter amostras coletadas para análise laboratorial. “Por este motivo, 100% das cargas de azeite de oliva importadas a granel, por serem consideradas de alto risco para fraudes, têm amostras coletadas pela fiscalização federal agropecuária que são destinadas ao laboratório do Mapa para análise físico-química e sensorial, garantindo assim a qualidade destes produtos no mercado nacional”, explicou Mendes. (Com informações do Mapa)

CURTAS

Canna Summit discute setor sucroenergético

O futuro da produção de cana-de-açúcar será o tema principal do Canna Summit, evento que acontece de hoje (10) a quinta-feira (11), em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB). Com a presença de produtores de cana, associações, cooperativas, profissionais do setor e lideranças, o Canna Summit debaterá assuntos como o fomento de uma agenda positiva; mercado sustentável; oportunidades de rentabilidade para o produtor; os modelos e precificação de cana; os caminhos para o produtor do futuro; além da apresentação de um raio-X dos produtores de cana do Brasil. Além disso, o evento traz na programação reuniões e fóruns com governadores, prefeitos e ex-ministros, ressaltando a importância deste setor que movimenta mais de R\$ 43 bilhões. Foi anunciada a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, além das participações do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Carlos Fávaro; além de deputados e os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas; e de Goiás, Ronaldo Caiado.

Feira Agropecuária em Capelinha

Capelinha, no Vale do Jequitinhonha, vai sediar hoje (10) a 7ª Feira Regional da Agropecuária (Feragro). Além de apresentar novas tecnologias, a feira oferece boas oportunidades de negócios para o agro e para a agricultura familiar. A iniciativa é da Emater-MG, prefeitura e Associação Comercial de Capelinha. Para a sétima edição da feira, são esperados 10 mil visitantes e cem empresas expositoras já estão confirmadas. De acordo com o gerente regional da Emater-MG em Capelinha, Valmar Gonçalves, os expositores farão condições de pagamento diferenciadas para negócios realizadas durante o evento. A programação também terá palestras e atividades sobre diversas áreas como cafeicultura, bovinocultura e cultura do algodão. Os interessados ainda podem tirar dúvidas no plantão técnico da Emater. A tradicional Feira da Agricultura Familiar da Feragro deverá reunir cerca de 35 produtores de Água Boa, Turmalina, Veredinha, Malacacheta, Capelinha, Angelândia e Aricanduva. A Feragro será no Parque de Exposições, de 8h às 20h.



Descontos nas inscrições para Megaleite 2024

Considerada a maior exposição de pecuária leiteira da América Latina, a Exposição Brasileira do Agronegócio do Leite (Megaleite) está com inscrições abertas para animais das raças bovinas. O evento está agendado para o período de 11 a 15 de junho, no Parque da Gameleira, em Belo Horizonte. A expectativa é de que participem 1500 bovinos. A Associação Brasileira dos Criadores de Girolando dará desconto de 50% para os expositores que fizerem inscrição até 26 de abril. Já do dia 27 de abril até 17 de maio, o desconto será de 25%. De 18 a 24 de maio, o valor volta a ser integral (R\$ 200,00 por animal). Cada expositor poderá inscrever até 12 animais de cada composição racial, sendo 48 animais no total. Já quem pretende competir no Torneio Leiteiro o prazo de inscrição vai até 17 de maio, sendo 22 vagas disponíveis. O valor da inscrição terá desconto de 75% para as fazendas participantes do Serviço de Controle Leiteiro há pelo menos três meses, contados a partir da data de inscrição na Megaleite. Cada expositor poderá inscrever até três animais para o torneio leiteiro, mediante disponibilidade de vagas.

Sêmen bovino brasileiro em Honduras

Honduras, na América Central, firmou protocolo de importação de genética bovina com o Brasil no fim do ano passado, e a primeira negociação é de sêmen Gir Leiteiro e Girolando da Central ABS, que fica em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. O material já seguiu para Honduras. Para potencializar a produção de leite no país centro-americano, foram adquiridas doses de sêmen de touros da bateria ABS, que é líder em fornecimento de genética bovina. “Ficamos honrados por terem escolhido a ABS. Os produtores de Honduras querem tornar a produção de leite mais eficiente e lucrativa no país e, com esta genética que estão levando, certamente, vão atingir seus objetivos. Nossa expectativa é de que, no futuro próximo, eles levem também embriões”, destacou a coordenadora de Comércio Exterior da ABS, Paula Waeny.



FRANQUIAS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

ESG

Setor leva práticas para o interior do Brasil

Ao agirem com responsabilidade socioambiental, franquadoras melhoram processos e evitam desperdícios

DANIELA MACIEL

Considerado um modelo ágil e seguro de expansão, o *franchising* brasileiro, além de levar produtos e serviços para municípios de todos os portes e perfis e marcas brasileiras mundo afora, também dissemina boas práticas em gestão, tendências de mercado e conscientização por onde passa. As práticas ESG (responsabilidade ambiental e governança) também se valem das franquias para alcançar públicos diversos por meio de

vadoras e, com isso, ganham reputação, valor de imagem e, via de regra, atraem mais investimento e consumidores.

O vice-presidente da vertical de consultoria do Grupo 300 Ecossistema de Alto Impacto, Lucien Newton, trabalha diretamente na transformação de negócios em franquias.

“O ESG está cada vez mais presente entre as franquias, mas ainda assim há um grande trabalho de ‘evangelização’ para fazer, especialmente para os pequenos e médios empreendedores. O ESG levou um



DIVULGAÇÃO / ABF



DIVULGAÇÃO / GRUPO 300 ECOSISTEMA DE ALTO IMPACTO

Franquadoras que já começam o seu plano de expansão não só praticando o ESG na sua área de produção, mas também levando conhecimento para os franqueados, tendem a ter resultados econômicos mais robustos

produtos, serviços e normas responsáveis diárias.

Os números do setor mostram o poder de disseminação de ideias que ele tem. Segundo a Pesquisa Trimestral de Desempenho realizada pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), o setor registrou alta de 11,4% no faturamento no terceiro trimestre de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, com crescimento em todos os segmentos. No terceiro trimestre de 2023, a mão de obra empregada pelo *franchising* foi da ordem de 1.645 milhão de empregos diretos, em 191.346 operações em funcionamento.

Para o diretor de Marketing e Comunicação e diretor da Comissão de ESG da ABF, Rodrigo Abreu, o ESG é um tema que cada vez mais tem interessado às franquadoras. As reuniões periódicas da Comissão têm sido, cada vez mais, um espaço para compartilhamento de experiências exitosas. No início de dezembro de 2023 a entidade lançou a sua cartilha de introdução ao ESG.

“Trabalhamos para tirar o rótulo de que o ESG é só para grandes empresas e que tudo é muito complexo. Encorajamos os franqueadores a mapear as ações. Assim eles percebem que já fazem muita coisa e que não é tão difícil como parece. Com a implantação da governança corporativa, o franqueador compartilha métricas, indicadores, conhecimento e certificações. A educação está na essência do *franchising*. A cada operação aberta, em média, são oito empregos diretos, sendo boa parte dele, primeiro emprego. Então, cada vez que agimos, estamos disseminando conhecimento e boas práticas por todo o País e para muita gente”, explica Abreu.

Se é verdade que nunca é tarde para adotar práticas ESG, também é certo de que quanto mais cedo, melhor. Franquadoras que já começam o seu plano de expansão não só praticando o ESG na sua área de produção, mas também levando conhecimento para os franqueados, tendem a ter resultados econômicos mais robustos.

Além de uma gestão mais ajustada pela aplicação de métodos de governança, ao agirem com responsabilidade socioambiental, as franquias melhoram processos, evitam desperdícios, reduzem consumo de insumos e energia, aumentam a diversidade das equipes, se tornam mais ino-

tempo para chegar até esse público e está acontecendo de fora para dentro, com a pressão principalmente dos consumidores e também dos investidores. Usamos um material da IFA (International Franchise Association) que ajuda a empresa a mapear nos três pilares o que a empresa já faz, o que não faz e o que ainda pode fazer. O ESG faz sentido quando tem impacto sobre o resultado dos negócios, mas ele é de longo prazo, então é difícil para essas empresas fazerem a mensuração. Por

Encorajamos os franqueadores a mapear as ações, diz Abreu

isso incluímos uma etapa de mapeamento presente e futuro já na formatação”, destaca Newton.

O *franchising* é caracterizado pelo compartilhamento de conhecimento e estrutura onde a franquadora cede a sua *expertise* ao franqueado, mas não é só isso: o franqueado também compartilha os seus contatos, o conhecimento sobre a praça em que atua e seus conhecimentos e crenças.

O sistema de franquias é,

então, uma via de mão dupla onde o ESG se fortalece. “O *franchising* como ecossistema de aprendizagem. A beleza do modelo é chegar a qualquer lugar e coletar o que está acontecendo na ponta. Ninguém sabe melhor o que acontece nas localidades do que o franqueado. São os pequenos negócios e pequenas cidades inspirando os grandes, principalmente no que diz respeito à responsabilidade social”, pontua o diretor da

Newton: ESG está cada vez mais presente entre as franquias

Comissão de ESG da ABF.

A força das franquias brasileiras e a qualidade da legislação que regula o setor - a chamada Lei de Franquias - criam um ambiente favorável para o desenvolvimento do ESG no setor, facilitando, inclusive, a internacionalização das marcas brasileiras.

“Desenvolver um modelo de franquia é uma estratégia de longo prazo. O planejamento é de 10 anos e por isso a gente tem que desenvolver um plano

de ESG hoje. Temos um ambiente favorável para esse tipo de desenvolvimento da consciência. O mundo inteiro tem no ESG um critério para fazer negócio e consumir produtos e serviços. O Brasil é visto como um grande potencial numa economia global mais responsável e essa é uma oportunidade que o *franchising* brasileiro deve aproveitar”, completa o vice-presidente da vertical de consultoria do Grupo 300 Ecossistema de Alto Impacto.



DIVULGAÇÃO / CALÇADOS BIBI

No pilar Social, há mais de uma década a Bibi realiza o “Fábrica de Talentos”, em parceria com o Senai nas suas plantas na Bahia e no Rio Grande do Sul

Bibi promove cadeia calçadista mais sustentável

No mercado há 75 anos, a Bibi, franquia de calçados infantis, conquistou pela terceira vez a recertificação do Selo Diamante de Sustentabilidade, concedida pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) e pela Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assistental), com objetivo de criar uma cadeia calçadista mais sustentável.

A conquista, porém, não é fruto de um trabalho de quatro ou cinco anos. De acordo com a presidente da Bibi, Andrea Kohlrausch, a empresa acredita que a sustentabilidade é um valor. E é a busca de equilíbrio com todos os públicos que precisa ser cultivada todos os dias.

“Historicamente acreditamos e agimos com responsabilidade socioambiental, mesmo muito antes da sigla ESG existir. Sustentabilidade não pode ser

uma moda apenas. Por tratar disso há muitos anos, tivemos diversas evoluções. Desenvolvemos a cadeia de suprimentos e desafiamos os times internos para que busquem - mesmo trabalhando com produtos de moda, cujo ciclo de vida é curto - a trabalhar com as áreas produtivas, para a redução dos resíduos, melhores matérias-primas e reciclagem, por exemplo.”

No pilar Social, há mais de uma década a empresa realiza o “Fábrica de Talentos”, em parceria com o Senai nas suas plantas na Bahia e no Rio Grande do Sul. Em 2021, a empresa estabeleceu os 12 compromissos para serem alcançados até 2030. Com foco no meio ambiente, a Bibi almeja melhorar de forma contínua o sistema de gestão ambiental da companhia, desenvolvendo processos que resultem em ganhos de ecoeficiência e na redução dos impactos negati-

vos gerados pelas operações. No âmbito de governança, o Grupo busca desenvolver projetos e ações que fortaleçam o propósito da marca, trazendo impacto positivo à sociedade. Já na esfera econômica, a empresa visa promover o crescimento em todas as frentes de negócio da Bibi (indústria e varejo) de forma sustentável, gerando impactos econômicos positivos na comunidade local por meio da geração de empregos e pagamento de tributos.

“A franquia é um caminho de compartilhamento que desenvolvemos a quatro mãos com os franqueados inclusive nas práticas ESG. Um ponto interessante é a maneira como damos importância ao nosso Código de Conduta e Ética e como ele permeia a nossa relação com os franqueados e os demais parceiros, inclusive nas nossas operações no exterior. Tudo isso é sustentabilidade”, avalia a CEO da Bibi. (DM)



DIVULGAÇÃO / CALÇADOS BIBI

Andrea Kohlrausch: acreditamos que sustentabilidade é um valor



CAPITALISMO
CONSCIENTE®
FILIAL BELO
HORIZONTE



Taxonomia brasileira como padrão de Sustentabilidade

DANIELA GARCIA*

Estamos vivendo uma realidade em que a consciência socioambiental não é mais uma opção, mas uma necessidade inegociável. Assim como a Declaração de Imposto de Renda (IR) evoluiu para um padrão mais elevado de organização, o mundo empresarial precisa trilhar um caminho similar, sendo a Taxonomia Brasileira Sustentável a bússola para essa jornada. O novo paradigma, lançado durante a COP28 em Dubai no ano passado, não é apenas um documento; é um compromisso firme para uma transição ecológica eficaz.

Para alcançarmos o objetivo da transformação climática se faz necessário uma mudança estrutural que transcende a simples adoção de práticas sustentáveis. Precisamos de uma reformulação desde o planejamento para a alocação de recursos até a efetivação das decisões financeiras sustentáveis, além de metas para reduzir desigualdades regionais, raciais ou de gênero. É neste contexto que a Taxonomia Sustentável Brasileira se apresenta como uma ferramenta estratégica para alcançarmos a preservação da biodiversidade e fomentar políticas de carbono zero.

O termo, que se originou na biologia como uma técnica de classificação, agora se torna o alicerce sobre o qual se constrói uma estrutura para organizar e classificar informações. Esse instrumento vai além de uma mera definição; ele é uma declaração de intenções, um compromisso claro em direção a práticas mais transparentes, éticas e responsáveis ambientalmente.

A taxonomia “verde” cria regras e parâmetros para o reporte de atividades empresariais ligadas a impacto socioambiental, e ganha força a partir dos questionamentos sobre finanças sustentáveis. Especialmente no ambiente ESG onde as informações precisam ser organizadas, reportadas e documentadas, ela trará para as empresas parâmetros claros para demonstrar o que já fazem e qual estratégia e caminho estão definindo para alcançar as suas metas de sustentabilidade.

No Brasil, a taxonomia brasileira sustentável (que integra o Plano de Transformação Ecológica) esteve em consulta pública de setembro a outubro de 2023. O documento tem como objetivos principais: mobilizar investimentos para áreas de impacto positivo; fomentar inovações tecnológicas para uma economia mais verde; e estabelecer uma base de informações confiáveis relacionadas às finanças sustentáveis. Pela agenda governamental, espera-se que a publicação oficial do documento ocorra em novembro de 2024 e seu uso, obrigatório para todas as empresas, em janeiro de 2026.

A Taxonomia Sustentável Brasileira, ao ser uma iniciativa governamental, não se contenta em seguir o ritmo; ela lidera o caminho. Mais do que uma regulamentação, ela é uma oportunidade para o Brasil se consolidar no topo do *ranking* dos países líderes em bioeconomia. E, para além disso, esta ferramenta permitirá a toda a empresa entrar, de fato, na rota ESG, e entender o impacto que gera no meio ambiente.

Vamos precisar declarar impacto todo ano, e as lideranças mais conscientes já sabem disso.

* CEO do Instituto Capitalismo Consciente Brasil (ICCB). E-mail: contato@ccbrasil.cc. Redes sociais: Instagram: danielagarcia.br e LinkedIn: Daniela Garcia

GESTÃO DE PESSOAS

Funcionários sentem-se esgotados após expediente

Índice de exaustão emocional e ansiedade entre colaboradores são altos no País

DIVULGAÇÃO / ADOBESTOCK

Gupy, HRTech líder em tecnologia para RH e gestão de pessoas no Brasil, em colaboração com a Vittude e com o suporte da Alice e Férias & Co., lança o “Relatório de Saúde Organizacional”, focado na análise do bem-estar emocional nas empresas brasileiras. Este relatório surge como uma resposta ao desafio enfrentado no Brasil, onde os transtornos mentais se destacaram como a terceira maior causa de afastamento do trabalho em 2021, conforme relatado pelo Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho.

Os dados coletados evidenciam que muitos colaboradores enfrentam níveis significativos de exaustão emocional e preocupação: em 2023, 31% dos participantes relataram exaustão emocional quase diária ao final do expediente, enquanto 22% enfrentavam dificuldades para controlar suas preocupações quase todos os dias ou todos os dias. Além disso, 33% das pessoas sentiram a necessidade de provar seu valor no trabalho quase todos os dias em 2023, e 49% sentiram medo sem motivo aparente pelo menos uma vez ao mês no mesmo ano.

Observou-se uma queda de 3,6% no *score* geral de bem-estar emocional das empresas participantes entre setembro de 2021 e final de 2022, de acordo com dados da solução Clima & Engajamento da Gupy. Em 2023, a média de bem-estar emocional das empresas se manteve em nível de atenção, indicando a persistência da problemática.

O relatório também destaca uma forte correlação entre o bem-estar emocional e o engajamento dos colaboradores, onde altos níveis de exaustão emocional se associam a baixos índices de engajamento. Esta relação foi observada com um coeficiente de correlação de 0.84.



Em 2023, a média de bem-estar emocional das empresas se manteve em nível de atenção

Além disso, uma correlação de 0.67 entre Engajamento e Medo e Preocupação foi identificada, reforçando a importância de abordar essas questões de forma abrangente.

“O Brasil lidera os índices de rotatividade nas empresas em todo o mundo.

“O Brasil lidera os índices de rotatividade nas empresas em todo o mundo. De acordo com o Caged, a média brasileira é de 56% de turnover, superando países como França (51%) e Bélgica (45%)”

De acordo com o Caged, a média brasileira é de 56% de *turnover*, superando países como França (51%) e Bélgica (45%). E é inegável que a saída voluntária de pessoas está diretamente relacionada ao engajamento

e fatores como condições e equilíbrio entre vida pessoal e trabalho. A priorização de estratégias de engajamento e *employee experience* são alavancas poderosas para reduzir *turnover* e aumentar a produtividade organizacional, independente do setor ou tamanho da

seus colaboradores. Nesse sentido, a plataforma Gupy Clima & Engajamento se apresenta como uma solução completa, fornecendo dados, *insights* coletados a partir de pesquisas rápidas semanais ou quinzenais, e trazendo recomendações para RH e pessoas gestoras construir uma cultura organizacional voltada ao bem-estar e engajamento dos colaboradores.

A pesquisa sobre bem-estar emocional conduzida pela Gupy e Vittude contou com a participação de 3.196 colaboradores de 91 empresas brasileiras, durante o período de setembro de 2021 a outubro de 2023, com 44% dos participantes sendo do gênero feminino, 41% masculino e 15% não especificado. Esta amostra é composta por 44% da Geração Y, 24% da Geração Z e 13% da Geração X.

Reter talentos é um dos principais riscos

A habilidade de atrair, desenvolver e reter melhores talentos nas empresas, incluindo as dificuldades de sucessão, está entre os principais desafios corporativos do Brasil para 2024, conforme a tradicional pesquisa da Protiviti, que lista os dez maiores riscos deste ano.

O estudo global, que está em sua 12ª edição, foi baseado na percepção de 1.143 executivos do mundo todo, incluindo membros de conselho e líderes de organizações de diversos setores.

Posicionado em quarto lugar entre os dez maiores riscos corporativos deste ano, o receio entre os executivos está ligado ao gerenciamento de mudanças de expectativas de trabalho dos colaboradores, o que envolve a análise das organizações em adotar tecnologias digitais emergentes, de acordo com a competência desses destaques. Além disso, segundo os entrevistados, outro desafio está em oferecer subsídios suficientes para que os profissionais deem continuidade na organização.

De forma indireta, a gestão de recursos humanos também figura no quinto

maior risco, que é a falta de mão de obra competente para lidar com a adoção de tecnologias digitais.

Outros riscos de 2024 - Diferente da lista de 2023, que apontou como principal risco as questões sociais e de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), o atual *ranking* aponta múltiplas fontes de incertezas que criam potencial para uma ampla gama de riscos no horizonte de curto prazo. A mudança nos principais riscos em relação ao ano passado revela um ambiente de negócios global que passa por mudanças significativas.

“Reconhecer a interação dos riscos de curto prazo e futuros é essencial para uma gestão abrangente dos riscos em toda a empresa. Essas reflexões oferecem aos executivos e membros do conselho informações valiosas sobre como estes riscos interligados podem impactar o sucesso estratégico e a viabilidade em longo prazo de uma organização”, analisa a diretora de Gestão de Riscos da Protiviti, Daniela Coelho.

Dos dez riscos destacados no Brasil, seis constam

na lista global, e refletem preocupações voltadas à economia, às pessoas e à segurança da informação. Dentre os itens apontados, estão: mudança na taxa de juros; condições econômicas; capacidade de atrair novos talentos; adoção a novas tecnologias digitais; ameaças cibernéticas; e garantia da privacidade e proteção da identidade.

“Diante dos riscos apontados, orientamos aos conselhos das empresas e aos líderes executivos que direcionem seus focos e esforços para gerenciar e mitigar as ameaças de maneira estruturada e contínua. São necessárias mais ações preventivas e estruturais para que as organizações estejam preparadas, inclusive, para reagirem diante de mudanças abruptas de cenários, como pandemias, guerras e eventos climáticos, que impactam economias e negócios”, recomenda a diretora-executiva da Protiviti Brasil, Heloisa Macari. Abaixo, a lista dos maiores riscos corporativos no Brasil em 2024:

• Mudanças no atual ambiente de taxas de juros;

- [Novo risco] Condições econômicas, incluindo pressões inflacionárias;
- Incapacidade de utilizar análises de dados para obter inteligência de mercado e aumentar a produtividade e a eficiência;
- Capacidade de atrair, desenvolver e reter os melhores talentos, gerenciar mudanças nas expectativas de trabalho e enfrentar desafios de sucessão;
- [Novo risco] Adoção de tecnologias digitais, exigindo novas competências que estão em falta no mercado;
- [Novo risco] Ameaças cibernéticas;
- Manter a fidelidade e a retenção de clientes;
- [Novo risco] Facilidade de entrada de novos concorrentes ou outras formas de mudanças no ambiente competitivo;
- [Novo risco] Garantir privacidade e a conformidade com as crescentes expectativas de proteção de identidade;
- [Novo risco] Acesso a capital/ liquidez

ARTESANATO

Feira no Mercado Novo estimula economia criativa na capital mineira

Evento reúne mais de 50 artistas no fim de semana

Mais de 50 artistas mineiros vão expor trabalhos nos dias 13 e 14 de abril durante a Feira Papel & Cerâmica, que ocupará o 3º andar do Mercado Novo, centro de Belo Horizonte. O evento, com entrada gratuita, revela como a união entre artistas e artesãos pode contribuir para a geração de renda, estimulando a economia criativa que, segundo dados da Pesquisa Nacional Por Amostra em Domicílios (Pnad contínua), do IBGE, emprega 1,4 milhão de pessoas no Brasil. “As feiras são uma forma de termos retorno financeiro. É o momento de o artista ter o contato direto com o consumidor sem a presença do atravessador”, diz a ceramista Erli Fantini.

Grande nome das artes plásticas em Minas, Erli Fantini é uma das idealizadoras da tradicional Feira de Cerâmica de Minas Gerais, que acontece anualmente, em Belo Horizonte, e chegou à 37ª edição em 2024, quando atraiu 8 mil visitantes. “Somos cerca de 60 ceramistas em Minas. Chamamos a atenção de outros Estados, como Rio e São Paulo, pela união e organização das feiras”, diz a artista.

Desta vez, os ceramistas foram convidados pelos artistas e artesãos que se dedicam à arte do papel para se juntarem em um evento especial, a Feira Papel & Cerâmica, que presta homenagem à desenhista, gravadora e papeleira Vera Queiroz. Vera foi uma das precursoras da papelaria em Minas Gerais e grande incentivadora dos artistas da área.

Serão expostos na Feira Papel & Cerâmica, nos dias 13 e 14 de abril, objetos de arte e decoração em cerâmica, além de utilitários, como peças para mesa e cozinha. Quanto à papelaria, o público poderá conferir trabalhos criados por artistas plásticos e artesãos, entre eles gravuras e papéis feitos com fibras naturais; cadernos; agendas; flores; bijuterias; bolsas; cestaria e até brinquedos infantis.

Na visão de Lúcia Dias, as instituições governamentais e os bancos se atentaram para o nicho do trabalho artesanal, passando a dar apoio e a valorizar mais os profissionais

O evento, além de homenagear Vera Queiroz, marca o retorno da exposição de produtos feitos pelos artistas e artesãos que se dedicam à papelaria em Minas. Eles realizavam duas vezes ao ano, em Belo Horizonte, a Feira de Papel. A última aconteceu em 2019, mas teve de ser interrompida em razão da pandemia de Covid-19. “A ideia era voltar a realizá-la, mas cancelamos devido a doença e perda da Vera, em 2022. Depois desta feira em tributo à Vera, vamos prosseguir com a Feira de Papel com duas edições a cada ano”, garante a encadernadora Lúcia Dias,



SIMONE CHACHAM

Para a artista Erli Fantini, algo feito manualmente tem mais valor agregado, traz mais emoção e energia

à frente da organização da Feira Papel & Cerâmica.

Erli Fantini lembra que as feiras estimulam os artistas e artesãos, profissionais que geralmente trabalham sozinhos em seus ateliês e revendem produtos para lojas, a apresentarem seus trabalhos diretamente para o consumidor, aumentando a renda. Lúcia Dias chama a atenção também para o crescimento da procura pelos produtos feitos à mão, devido a uma mudança de mentalidade do consumidor, que tem, cada vez mais, valorizado o trabalho artesanal. “As pessoas querem saber quem faz, como é feito e de onde vem o produto. Algo feito manualmente tem mais valor agregado, traz mais emoção, energia, sobretudo a quem presenteamos”, cita Lúcia, lembrando ainda que, quando compramos algo de quem está perto, estimulamos a economia local.

A pandemia de Covid-19, segundo ela, fez aumentar o número de pessoas que se dedicam à produção artesanal. “Muitos perderam o

emprego e passaram a trabalhar em casa com papel, cerâmica, linhas e outras matérias-primas. Não pararam. O artesanato tem sido fonte para o sustento de muitas famílias”, observa.

Erli Fantini vê o trabalho com cerâmica e papel como importante também para inserção das mulheres. “Serve para ocupação e renda de muitas donas de casa”, atesta Erli Fantini.

Lúcia Dias é um exemplo de quem abraçou a arte e o artesanato como ofício. A encadernadora, que é formada em Artes Plásticas, disse que a atividade, por ser desenvolvida no ateliê em casa, a permitiu trabalhar e obter

renda sem ficar longe dos filhos. “A atividade me trouxe independência financeira, me permitindo comprar, viajar”, conta. Ela é dona de uma loja virtual e participa de eventos em Belo Horizonte e São Paulo.

Na visão de Lúcia Dias, as instituições governamentais e os bancos se atentaram para o nicho do trabalho artesanal, passando a dar apoio e a valorizar mais os profissionais. O Sebrae, por exemplo, desenvolve muitos programas para artesãos, os bancos passaram a oferecer crédito. Muitos artesãos se tornaram micro-empresendedores individuais (MEIs), podendo, assim, emitir notas fiscais e receber no futuro uma aposentadoria.

Serviço: Feira Papel & Cerâmica

Entrada: Gratuita

Data: 13 e 14 de abril (sábado e domingo)

Horários: Sábado, das 10 às 19 horas, e domingo, das 10 às 16 horas

Local: 3º andar do Mercado Novo, na avenida Olegário Maciel, 714, centro de Belo Horizonte

DIVULGAÇÃO / FREE FLOW



Free Flow será implantado na MG-459 este mês no Sul de Minas Gerais

TECNOLOGIA

Free Flow permite que veículos transitem sem necessidade de passar por cabines de pedágio

O Free Flow será implantado na MG-459 este mês e a rodovia será a primeira do Estado equipada com a tecnologia que permite que veículos transitem sem interrupções ou necessidade de passar por cabines de pedágio convencionais. Além de maior fluidez, a tecnologia também permite que motoristas que utilizam a tag Sem Parar ou outras disponíveis no mercado economizem com o Desconto Básico de Tarifa (DBT) de 5% e do Desconto de Usuário Frequente (DUF), que pode chegar até 98%.

Com previsão de ser instalado em cerca de outras 15 rodovias do País até 2025, o Free Flow foi implantado no Brasil pela primeira vez há um ano, na BR-101, mais conhecida como Rio-Santos. Em dezembro de 2023 a tecnologia chegou ao Rio Grande do Sul, na ERS-122.

Como acontece com tudo que é novo, ainda existem algumas dúvidas dos moradores e de quem trafega pela região sobre como funcionará e

quais são os benefícios do Free Flow. Com o objetivo de esclarecer essas questões, Carla Barreiros, Diretora de Operações do Sem Parar, respondeu a cinco questões que ajudarão a entender sobre o Free Flow e sobre como as tags de pagamento automático auxiliam na melhor experiência dessa nova tecnologia, que começa oficialmente no trecho de Monte Sião.

O que é free flow? O sistema de pedágio denominado Free Flow é uma inovação tecnológica que permite que os veículos trafeguem pela rodovia sem a necessidade de parar em praças de pedágio convencionais.

Nas rodovias equipadas com Free Flow, motoristas conduzem respeitando a velocidade para a via e toda a identificação do veículo é feita de forma automática por meio de pórticos de leitura das placas. A tecnologia já é bem difundida e está em uso em rodovias da Europa e Estados Unidos, além do nosso vizinho Chile.

RELAÇÕES BILATERAIS

Amcham Minas Gerais empossa novo conselho regional da unidade

O desenvolvimento econômico do Estado e o fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos foram os objetivos centrais que marcaram a cerimônia de posse do novo Conselho Regional da Câmara Americana de Comércio em Minas Gerais (Amcham MG). O evento ocorreu na sede da entidade em Nova Lima, durante a noite da última segunda-feira, 8 de abril de 2024.

Reeleito como presidente do Conselho, o CEO da Direcional Engenharia, Ricardo Gontijo, destacou a importância da Amcham e da atuação do Conselho. “Minas abarca empresas que têm se tornado referências nacionais e internacionais. Nossa atuação no Conselho foca em formar pessoas, trocar experiências para expandir os negócios e desenvolver o estado. A Amcham representa esse espaço amigável de aprendizado, responsável por gerar valor, riqueza, empregos e inovação.”

Mais de 80 lideranças empresariais e autoridades estiveram presentes no evento. A Cônsul dos EUA em Belo Horizonte, Katherine Earhart Ordoñez, integrou a solenidade de posse do Conselho. “A Amcham é uma entidade histórica e fundamental para o fortalecimento bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil. Neste ano, em que celebramos o bicentenário dessa relação, reforço que as empresas tornam essa conexão mais forte e próspera, ao mesmo tempo em que gera empregos.” Ela ainda destacou Minas Gerais

nas relações bilaterais e anunciou que o Brasil receberá o principal evento de capacitação dos Estados Unidos, Visit USA 2024, previsto para acontecer em agosto deste ano, em São Paulo.

O coquetel ainda proporcionou momentos de debate e conhecimento com o painel sobre “Relações Brasil-Estados Unidos: Desafios e Oportunidades para Minas Gerais”, com os executivos Rubens Menin, Fundador Presidente do Conselho da MRV&Co, Danilo Miyasato, CEO Latam na Wabtec, e mediação feita pelo presidente do Conselho, Ricardo Gontijo.

Novo conselho regional - O Conselho Regional é composto por nove membros, eleitos para a gestão no próximo biênio de 2024-2025.

Além do presidente, fazem parte da chapa os seguintes líderes empresariais: Clemente Faria Jr, CEO no Grupo Bamaq; Paula Harraca, Conselheira de Administração na Ânima Educação; Rodrigo Pentagna Guimarães, Vice-Presidente Comercial no Banco BS2; Ana Sanches, CEO na Anglo American Brasil, Danilo Miyasato, Presidente e Gerente Geral Regional na Wabtec Latam; Jayme Nicolato, CEO na Mineração Morro do Ipê e no Porto Sudeste do Brasil; Sérgio Fischer, CEO na LOG Commercial Properties; Vitoriano Dornas, Conselheiro na Cogran e Sócio na FairFood.

Os conselheiros têm como

deveres participarem das quatro reuniões do Conselho, contribuir na operação dos principais eventos organizados pela Instituição, e fortalecerem o engajamento nas demandas apresentadas pelo gestor regional da unidade, Douglas Arantes.

“Nossa expectativa é que o novo Conselho seja esta rede agregadora para o desenvolvimento das ações previstas nos pilares estratégicos delineados para 2024, em Minas Gerais, como o Bicentenário das Relações Diplomáticas entre os países, a produção de conteúdo e troca de melhores práticas de gestão e inovação. Estes pilares se desdobram em iniciativas como missões internacionais, pesquisa e internacionalização de mercado, comitês estratégicos, benchmarkings, e inovações como o Amcham Arena e o Hub de Descarbonização”, explica o gerente regional da Amcham MG, Douglas Arantes.

A Amcham Brasil é a maior entidade multisetorial do País. A Instituição representa 33% do PIB nacional e mais de três milhões de empregos formais, com uma base de associados composta por 48% de pequenas empresas e startups, e 52% de médias e grandes empresas.

Há mais de 20 anos na capital mineira, a Câmara Americana de Comércio representa mais de 400 empresas no estado e promove o desenvolvimento empresarial sob os pilares da Defesa, Serviços, Conexões e Capacitação.



LOTERIA MINEIRA

Governo adia o processo de concessão do serviço

Imbróglio envolve edital da PBH

RODRIGO MOINHOS

A licitação da Loteria Mineira, com abertura das propostas prevista para esta quarta-feira, foi adiada pelo governo estadual. O imbróglio foi criado com a abertura de um processo da Prefeitura de Belo Horizonte para a exploração do serviço na capital mineira, acabando com a exclusividade prevista no edital da loteria estadual.

O ponto principal do edital adiado é a concessão exclusiva para atuar no Estado, o que torna a concorrência por parte da Loteria Municipal de Belo Horizonte uma grande mudança no cenário licitatório. Por conta disso, a empresa Mineira da Sorte solicitou o adiamento das sessões de entrega e abertura dos envelopes até que a Loteria do Estado de Minas Gerais (LEMG) e o governo do Estado se posicionem sobre o assunto e tomem as providências para continuidade do certame.

Na petição enviada à Loteria do Estado de Minas Gerais, a Mineira da Sorte argumentou

que “a premissa básica de todas as disposições editalícias – sobretudo a modelagem econômica do negócio – orbita uma concessão exclusiva no Estado de Minas Gerais, de modo que a concorrência oriunda de eventual operação da Loteria Municipal na capital mineira acarretaria mudanças substanciais na dinâmica da licitação em andamento”.

Isso porque, “o Item 4 do Edital é expresso ao definir

rentes à exploração e operação dos jogos de Loterias em Sistema OnLine/Real Time, contemplando a captação de apostas por meio presencial (Land Based) e digital/virtual (Cyber Space), observadas as

O ponto principal do edital adiado é a concessão exclusiva para atuar no Estado, o que torna a concorrência por parte da Loteria Municipal de Belo Horizonte uma grande mudança no cenário licitatório

o objeto da licitação como a contratação, com exclusividade nos limites territoriais do Estado de Minas Gerais, de Empresa, experiente e capitalizada, para exercer as atividades operacionais ine-

modalidades lotéricas de jogos de prognósticos previstas na legislação federal e estadual, através de outorga de concessão de serviços”, continuava a petição da empresa.

A LEMG tornou público

que, após acatada impugnação nº 05, do dia 05 de abril de 2024, serão realizadas adequações no Edital da Licitação Concorrência Pública Internacional LEMG nº 002/2023 - Tipo Maior Oferta, para contratação, com exclusividade nos limites territoriais do Estado de Minas Gerais, de Empresa experiente e capitalizada, para exercer as atividades operacionais inerentes à exploração e operação dos jogos de Loterias em Sistema OnLine/Real Time, contemplando a captação de apostas por meio presencial (Land Based) e digital/virtual (Cyber Space).

Na oportunidade, a Loteria Mineira informou também que, tão logo sejam realizados os ajustes no edital, será dado prosseguimento ao certame com a designação de novas

datas para entrega dos envelopes e abertura de sessão, com as devidas publicações.

Raspadinha - No fim do ano passado, o grupo Consórcio Mineira da Sorte Loteria (CMSL) passou a operar oficialmente os jogos de loterias instantâneas, mais conhecidas como raspadinhas, e de loterias convencionais, da Loteria do Estado de Minas Gerais.

A Raspadinha, especificamente, chegou no mercado em Minas Gerais em outubro de 2023 e contou com investimentos em *marketing* de cerca

de R\$30 milhões. Já os prêmios podem chegar a R\$ 250 mil e apenas o lote inicial prevê uma distribuição de R\$132 milhões.

A *joint venture*, formada pelas empresas IGT, Scientific Games e Saga BGI, é uma nova aposta de fomentar o segmento de jogos legais pelo Estado, após o produto ter sido descontinuado no mercado mineiro por alguns anos. Com a obtenção da nova concessão pública em junho do ano anterior, o grupo passou a ter o direito de operar a marca em regime de exclusividade no território de Minas Gerais.

CONTAS PÚBLICAS

Gestão de dívidas do FGTS é transferida para o Ministério da Fazenda

Brasília - O governo está transferindo da Caixa Econômica Federal para o Ministério da Fazenda a gestão de débitos de empregadores com o FGTS em iniciativa que busca ampliar a recuperação dos recursos devidos a trabalhadores, mas que também terá efeito sobre investimentos, já que o dinheiro depositado nas contas do fundo é fonte de financiamento para obras.

Nos últimos anos, o fundo conseguiu reaver um volume crescente de recursos de devedores, mas o montante é insuficiente para compensar os novos débitos e a correção de valores já inscritos. A dívida total de empregadores com o FGTS saltou de R\$47,8 bilhões no início de 2020 -- em valor atualizado pela inflação -- para R\$ 51,4 bilhões neste ano.

“A gente percebeu que se colocar o FGTS na mesma trilha da dívida ativa da União, a recuperação de recursos aumenta”, disse o procurador João Grognet, responsável pela gestão da dívida ativa da União e do FGTS na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

“Embora sejam de natureza diferente, as estratégias de arrecadação são iguais, a unificação facilita o fluxo de gestão e a arrecadação”, acrescentou.

No início deste ano, a Fazenda retirou da Caixa a atribuição de fazer a cobrança de parte das dívidas do FGTS com seu time jurídico próprio. A tarefa agora está integralmente a cargo da PGFN, órgão que também cuida das cobranças e renegociações de dívidas tributárias com a União.

Até o final de 2024, o plano da pasta prevê a conclusão do processo com a transferência dos sistemas da dívida ativa do FGTS, hoje sob guarda da Caixa, para a PGFN. O processo é feito com apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Os serviços delegados à Caixa geravam uma remuneração do fundo para o banco público, e esses pagamentos deixam de ser feitos com a transferência de atribuições. Esse ponto, segundo Grognet, foi relevante nas discussões, mas a decisão se baseou na busca por melhores resultados, não tendo relação com pagamentos operacionais.

Procurada, a Caixa informou que com a implantação do FGTS Digital, novo sistema de arrecadação do fundo, os débitos gerados a partir março deste ano ficarão sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e da PGFN, o que poderá aprimorar a fiscalização. O banco não fez comentários sobre a remuneração dos serviços.

O número de empregadores inscritos na dívida ativa do FGTS está hoje em cerca de 239 mil. O fundo tem recuperado débitos de cerca de 20 mil devedores por ano, mas o fluxo é compensado por novas dívidas inscritas.

Em relação aos valores, o volume de recursos recuperados tem aumentado, passando de R\$ 530 milhões em 2021 para R\$ 615 milhões em 2022 e R\$ 689 milhões em 2023, com dados ajustados pela inflação.

Ao afirmar que a tendência é de continuidade da trajetória de ampliação da recuperação, Grognet destacou que 2025 vai registrar uma alta excepcional, porque o FGTS deve receber R\$ 560 milhões de um único acordo, firmado entre a União e a massa falida da companhia aérea Varig.

O procurador afirmou que apesar de não colaborarem para o resultado primário do governo federal, os recursos recuperados têm efeito social ao serem devolvidos aos trabalhadores. Além disso, o dinheiro depositado no FGTS é direcionado a um fundo de investimento (FI-FGTS), que aplica nas áreas de habitação e infraestrutura. **(Reuters)**

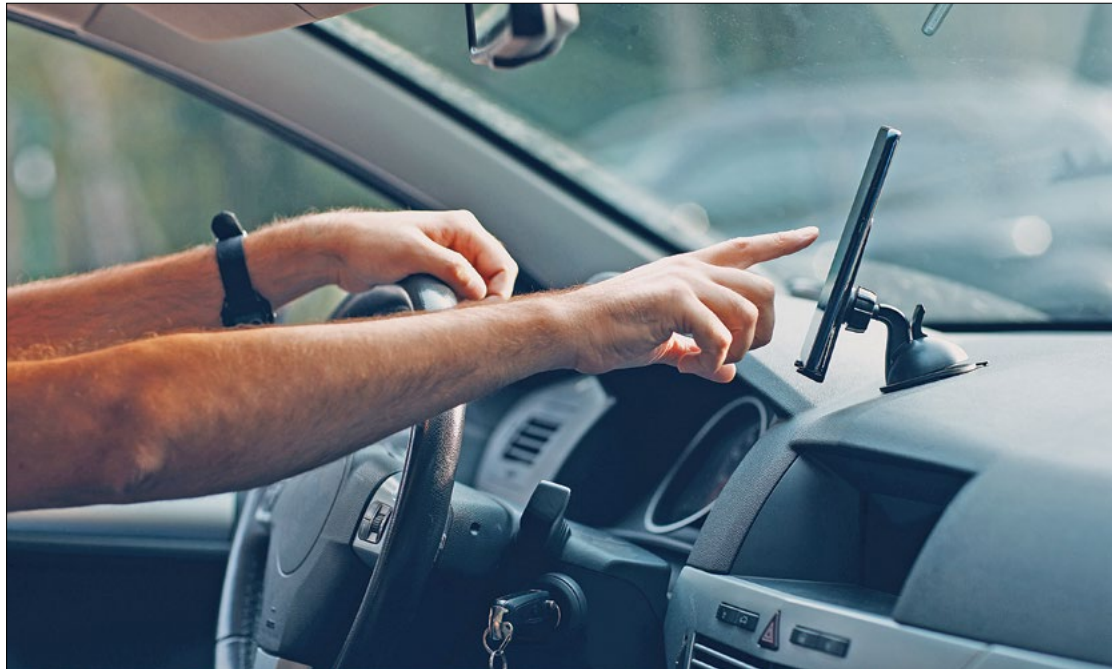
APLICATIVOS DE TRANSPORTE

Regulamentação de trabalho gera debate

Regulamentar ou não o trabalho dos motoristas de aplicativo? Eis uma questão que fez o governo federal propor projeto de lei complementar 12/2024 que cria a figura do trabalhador autônomo por plataforma, levou a categoria às ruas protestar contra o PL em tramitação no Congresso Nacional, e movimentou tribunais de Justiça. No início de março, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o julgamento da Corte sobre a existência ou não de vínculo empregatício de profissionais de aplicativos valerá para qualquer caso em qualquer instância (repercussão geral).

O advogado Rodrigo de Abreu Amorim, sócio do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink, avalia como positiva a intenção do Supremo de unificar o entendimento sobre o tema. Ele diz que atualmente há uma diferença muito grande entre o entendimento do STF e dos tribunais trabalhistas sobre a questão da existência ou não de vínculo empregatício entre as empresas de aplicativos e os profissionais que prestam serviços por meio delas. “Essa discrepância gera uma enorme insegurança jurídica que não é desejável nem sob o ponto de vista financeiro, nem sob o social da questão.”

A tendência, de acordo com o advogado, é o STF decidir que não há vínculo empregatício entre os motoristas de aplicativo e as empresas. “Por outro lado, o projeto de lei apresentado sobre a questão deixa claro que eles não são empregados das empresas de aplicativos. Dificilmente, portanto, a prevalecer as decisões recentes do STF e o projeto de lei, tal como foi encaminhado ao Congresso, haverá contradição entre a decisão judicial e a legislação



STF decidiu unificar o entendimento sobre a existência ou não de vínculo empregatício dos motoristas

infraconstitucional.”

Rodrigo de Abreu Amorim explica que, de qualquer forma, os direitos e os deveres oriundos do projeto de lei somente terão eficácia para o futuro, “não tendo repercussão em face da prestação de serviços ocorrida anteriormente à entrada em vigência da lei”. O que muda para os motoristas de aplicativo? Ele diz que a definição da ausência de vínculo, se ocorrer no âmbito do STF ou pela aprovação do PL, vai permitir ao motorista uma melhor programação financeira.

“Vale o que foi acordado com a empresa, sem que haja perspectiva futura de vantagens financeiras de um reconhecimento de vínculo judicialmente que nunca foi combinado”, afirma o advogado. Segundo ele, por outro lado, projeto de lei traz alguns pontos positivos para o motorista, como a fixação de um piso salarial, obrigatoriedade de transparência nos critérios de oferta de viagens, pontuação, bloqueio, suspensão e exclusão da plataforma e critérios que compõem o valor

de sua remuneração.

Aposentadoria - Se o Projeto de Lei Complementar 12/24 for aprovado, o advogado Diego Leonel, do escritório Diego Leonel & Advogados Associados, diz que a categoria precisa ficar atenta e se preparar para as alterações que podem ocorrer na aposentadoria. “Minha recomendação é para se prevenir, buscando orientações com um profissional especializado em direito previdenciário, para que seja feita análise individual, de modo a orientar quanto a melhor forma e valores a serem pagos para Previdência.” Segundo o advogado, a contribuição previdenciária de 7,5% a ser recolhida pelo INSS não garante ao motorista direito à aposentadoria por tempo de contribuição. “Ele terá direito apenas à aposentadoria por idade, ou seja, obrigatoriamente deverá chegar aos 65 anos se homem e 62, se mulher e, não lhe será garantido o benefício integral.”

Diego Leonel explica que os motoristas de aplicativo que

já tiveram carteira de trabalho assinada antes, ou até mesmo ainda possuam por conciliarem dupla jornada, a contribuição de 7,5% não será vantajosa. “Pois poderá atrapalhar o valor e a data da aposentadoria.” Ele aponta outras questões, como, no caso de o profissional receber menos de R\$ 5.648 bruto por mês, porque encontrará dificuldades para o recolhimento previdenciário para o INSS e precisará de orientações para a complementação das contribuições.

“Será recomendável que o motorista acompanhe mensalmente sua contribuição previdenciária perante o INSS”, afirma o advogado. Ele também aconselha buscar orientações com um especialista em direito previdenciário para o auxiliar na melhor forma e valores a serem pagos. O profissional lembra que, aprovado o projeto, as plataformas vão reter 7,5% para a contribuição previdenciária, garantindo direitos aos motoristas, tais como aposentadoria, afastamentos, salário maternidade, pensão por morte dos dependentes.



JUROS

Crédito ficou mais barato para empresas

Antecipação de faturas de cartão de crédito teve queda de 27,46% em março frente fevereiro, em BH, diz Ipead

JULIANA GONTIJO

Todas as operações de crédito para empresas ficaram mais baratas em março na comparação com o mês anterior em Belo Horizonte, segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) divulgado ontem. O recuo é da taxa média cobrada pelas instituições financeiras.

A antecipação de faturas de cartão de crédito foi o recuo mais expressivo dessa categoria. A queda foi de 27,46% no terceiro mês de 2024 na comparação com fevereiro. A taxa média foi de 1,03% em março. A mais baixa captada pela pesquisa foi de 0,88% e a mais alta, 1,38%.

A conta garantida também apresentou queda (-5,29%) no período, bem como o capital de giro (-2,52%). O desconto de duplicatas cobradas pelos bancos nas operações com pessoas jurídicas ficou 1,79% mais barata em março na Capital.

O levantamento da Fundação Ipead também contempla as pessoas físicas e mostra que sete das quatorze operações de crédito e financiamento para esse público apresentaram queda nas taxas de juros médias no mês de março de 2024 em relação ao mês anterior. Outras seis apresentaram

elevação e uma apresentou estabilidade.

As taxas de juros de operações de captação, ou seja, os juros pagos pelos bancos aos clientes por suas aplicações, apresentaram alta, com exceção das aplicações de cooperativas de crédito em que ocorreu redução (-5,62%) e o CDB que ficou estável.

A maior queda nas operações para pessoa física verificada pela Fundação Ipead foi para a construção civil (imóveis construídos), com recuo de 37,60%, seguido pelas cooperativas de crédito (empréstimo), com queda de 6,22%. O empréstimo para automóveis (bancos e financeiras) ficou 2,91% mais barato em Belo Horizonte.

As operações que apresentaram as maiores altas nas taxas de juros médias foram construção civil (imóveis na planta), com elevação de 17,86%, comércio eletrônico (6,36%) e cartão de crédito parcelado (2,07%).

Análise - O consultor da Fundação Ipead, o economista Diogo Santos, observa que redução da taxa básica da economia do País, a Selic, contribui para a redução das taxas cobradas pelos bancos, uma vez que a Selic pode ser entendida como o custo básico de captação dos bancos. “Portanto, essa redução observada neste momento em todas as taxas de juros

cobradas pelos bancos para pessoas jurídicas certamente está refletindo a redução da Selic”, diz.

Ele observa que outros fatores, como uma melhoria no ambiente do crédito, após os eventos negativos localizados em algumas empresas, e, principalmente, a expectativa de taxa de inflação em patamares estáveis são também relevantes para explicar as reduções nas taxas cobradas pelos bancos.

Santos ressalta que, apesar de observar algumas reduções nas taxas de juros cobradas pelos bancos, o movimento de queda não é uniforme entre as diferentes modalidades de crédito. “Por exemplo, neste mês de março foi a primeira vez, desde o início da redução da taxa Selic em agosto de 2023, que todas as taxas de juros cobradas pelos bancos nas operações para empresas apresentaram queda. Então, ainda não se pode falar que a redução da taxa Selic já está plenamente sendo sentida no mercado de crédito”, diz.

Ele explica que isso ocorre por dois motivos. O primeiro é a longa defasagem do impacto da política monetária e o segundo é política das instituições bancárias de repassarem ou não a redução da Selic para as taxas que cobram dos clientes.

A Selic está em 10,75% ao ano. O último corte na



Para as pessoas físicas, foi verificada queda média nos juros de sete das 14 operações analisadas

taxa foi divulgado no dia 20 de março pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), que reduziu em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros da economia, de 11,25% para 10,75% ao ano.

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Arrecadação totaliza R\$ 31,2 bilhões no 1º bimestre de 2024

A arrecadação dos planos de previdência privada aberta superou R\$ 31,2 bilhões no primeiro bimestre deste ano no País. Em comparação ao mesmo período do ano passado, houve crescimento de 23,9%. Os dados são da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – Fenaprevi.

Os resgates somaram R\$ 21,4 bilhões no período, queda de 1,6% na mesma base de comparação. Descontados os resgates do montante arrecadado, verificou-se o resultado da captação líquida: R\$ 9,8 bilhões no bimestre, com alta de 185,1% em relação ao primeiro bimestre do ano passado.

Desempenho dos últimos doze meses - O resultado do acumulado dos últimos 12 meses (considerando o período terminado em fevereiro de 2024) foi de crescimento de 11,7% nos prêmios e contribuições, superando os R\$ 176 bilhões. A captação líquida cresceu 48,9%, somando R\$ 49,4 bilhões. Os resgates subiram 1,8%, abaixo da inflação no período, totalizando R\$ 126,8 bilhões nos últimos doze meses.

Os ativos em planos de previdência privada representaram cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB), superando R\$ 1,4 trilhão.

Potencial do mercado - Atualmente, 10% da população entre 20 e 64 anos do País possui previdência privada. Segundo relatório produzido pela Fenaprevi, em fevereiro de 2024, cerca de 11,1 milhões de pessoas possuíam um plano desta natureza, sendo que 80% na modalidade individual e os demais na coletiva.

São mais de 14 milhões de planos contratados no Brasil, sendo a maioria (8,7 milhões) da modalidade Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL); outros 3 milhões são Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), e mais 2,3 milhões são planos tradicionais.

Apesar de representar 62% dos planos comercializados, o VGBL foi responsável por 93% do total arrecadado em fevereiro de 2024 e o restante dividido em PGBL, que contribuiu com 6% desse total, e os planos tradicionais, com cerca de 1%.

FOCUS

Mercado estima PIB de 1,9% em 2024

Brasília - Pela oitava semana seguida, o mercado financeiro aumentou as expectativas de crescimento da economia brasileira. De acordo com o boletim Focus, divulgado ontem, em Brasília, pelo Banco Central, espera-se um crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas riquezas produzidas no País) em 2024.

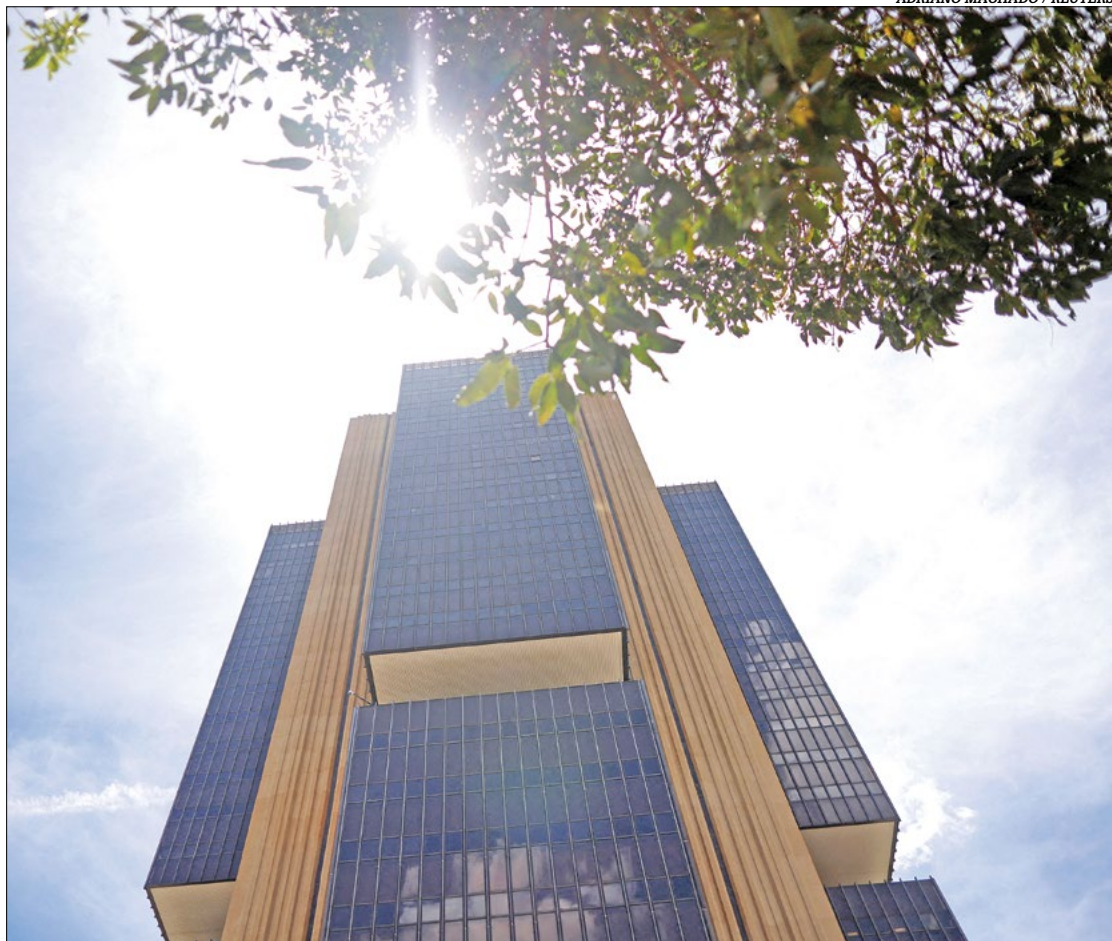
Há uma semana, a expectativa era de um crescimento de 1,89% em 2024; e há quatro semanas era de 1,78%. Para os três anos subsequentes (2025, 2026 e 2027), a estimativa do mercado financeiro permanece estável em 2%.

Câmbio e juros - A previsão se mantém estável também para o câmbio e para a taxa básica de juros (Selic). Há três semanas seguidas, o mercado financeiro prevê que o dólar fechará o ano cotado a R\$ 4,95; e há 15 semanas projeta uma Selic a 9% ao final do ano.

Para 2025 as expectativas se mantêm estáveis, com o dólar a R\$ 5 há 13 semanas; e a Selic a 8,5% há 18 semanas.

Inflação - As expectativas do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do País – em 2024 apresentaram uma alta de 0,01 ponto percentual na comparação com a semana passada, mas elas estão acima da previsão registrada há quatro semanas.

Segundo o boletim Focus, é esperado um crescimento de 3,76% em 2024. Há quatro semanas, o crescimento estimado para a economia do Brasil era de 3,77%; e há uma semana, 3,75%. (ABr)



Perspectiva de expansão da economia sobe pela oitava semana seguida, segundo o boletim

COOPERATIVISMO

Sicoob contabiliza recorde de R\$ 8,4 bi

O Sicoob, instituição financeira cooperativa com 7,9 milhões de cooperados no País, registrou um montante de R\$ 8,4 bilhões em resultados contábeis em 2023, o que representa um aumento de 16,4% em relação ao ano anterior. Esse valor, que é recorde, soma-se aos mais R\$ 25,7 bilhões de economia comparativa de juros, tarifas e taxas propiciada pelo Sicoob aos seus usuários no mesmo período, além dos mais de R\$ 4,2 bilhões de excedentes acumulados que, no final de cada ano, podem

ser distribuídos de acordo com o volume das operações realizadas por cada cooperado.

“A distribuição direta de parte relevante dos resultados, benefício adicional à significativa economia auferida durante o ano pelos associados em decorrência da diferença de preços nos produtos e serviços cooperativos, é mais do que uma prática eventual, é um compromisso associado à essência do cooperativismo financeiro”, destaca o diretor de coordenação sistêmica e relações

institucionais do Sicoob, Ênio Meinen.

Ele explica que uma parcela dos resultados financeiros, não rateada individualmente entre cooperados, é utilizada para fortalecer a estrutura de capital da cooperativa – fundamental para os investimentos, ampliação de limites operacionais e expansão do empreendimento –, além de ampliar programas de capacitação, assistência técnica e projetos sociais nas localidades atendidas. “Todo o excedente econômico acaba beneficiando, ainda que indi-

retamente, os cooperados e os territórios assistidos pelas cooperativas”, observa.

Meinen aponta que o compartilhamento dos resultados financeiros é uma forma autêntica de promoção de justiça financeira e de auxílio no desenvolvimento local, práticas essas convergentes com o que o dirigente designa de “novo empreendedorismo”.

Essa abordagem também está alinhada ao sétimo princípio cooperativista, que enfatiza o compromisso com o bem-estar da comunidade.

“Tão importante quanto isso é assegurar aos cooperados a ampla participação no processo de tomada de decisões. Não há ninguém melhor do que os próprios membros para definir o que é mais relevante para eles e para as suas respectivas regiões”, frisa.

O Sicoob ocupa a primeira colocação entre as instituições financeiras com maior número de agências no Brasil, com mais de 4,6 mil pontos de atendimento, e, em mais de 400 municípios, é a única instituição financeira presente.

Bovespa

Movimento do Pregão 09/04

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +0,80% ao marcar 129890.37 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 20.198.310.376. As maiores altas foram VAMOS ON, ASSAI ON, JBS ON, COGNA ON e AZUL PN. As maiores baixas foram CVC BRASIL ON, MRV ON, SID NACIONAL ON, TOTVS ON e CARREFOUR BR ON.

Pregão do dia 08/04

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Titulos Mil	Participação (%)	Valor (R\$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	1.877.650	1.033.732	60,66	16.722.396,00	86,63
FRACIONARIO	343.005	3.996	0,23	79.935,43	0,41
DEMAIS ATIVOS	820.813	49.603	2,91	1.488.345,88	7,71
TOTAL A VISTA	3.041.437	1.087.331	63,81	18.290.650,59	94,75
BBT	2	808	0,04	17.975,49	0,09
EX OPC COMPRA	46	95	0,00	1.092,10	0,00
TERMO	584	3.168	0,18	80.568,01	0,41
OPCOES COMPRA	195.521	334.254	19,61	267.342,70	1,38
OPCOES VENDA	203.663	268.357	15,74	232.128,72	1,20
OPC.VEND.INDICE	683	21	0,00	27.520,51	0,14
OPC.VEND.INDICE	1111	20	0,00	11.713,86	0,06
TOTAL DE OPCOES	400.978	602.653	35,36	538.705,80	2,79
BOVESPAFIX	2.351	309	0,01	17.444,02	0,09
TOTAL GERAL	3.628.272	1.704.005	100,00	19.303.163,02	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	15.399	6.981	0,40	81.291,91	0,42
PARTIC. NOVO MERCADO	1.718.423	1.027.208	60,28	11.282.655,40	58,44
PARTIC. NIVEL 1	342.424	213.290	12,51	2.436.787,29	12,62
PARTIC. NIVEL 2	406.732	331.837	19,47	3.206.532,68	16,61
PARTIC BALCAO ORGANIZADO	201	2	0,00	295,09	0,00
PARTIC. MAIS	190	21	0,00	197,07	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.385.225	812.834	47,70	14.862.496,40	76,99
PARTIC. IBIX 50	1.020.466	609.050	35,74	12.665.656,78	64,57
PARTIC. IBIX 100	1.487.862	850.620	49,91	15.395.944,75	79,75
PARTIC. IBRA	1.780.570	962.993	56,51	16.420.221,88	85,06
PARTIC. MIDLARGE	1.077.004	616.675	36,18	12.899.334,94	66,82
PARTIC. SMALL	703.566	346.317	20,32	3.520.886,94	18,23
PARTIC. ISE	941.528	577.236	33,87	7.669.438,60	39,73
PARTIC. ICO2	1.140.943	683.443	40,10	10.805.386,23	55,97
PARTIC. IEE	147.086	54.270	3,18	1.187.111,68	6,14
PARTIC. INDXX	387.027	172.112	10,10	2.787.235,15	14,43
PARTIC. ICONSUMO	617.186	432.009	25,35	3.760.388,80	19,48
PARTIC. IMOBILIARIO	105.869	37.699	2,21	50.450.584	258,99
PARTIC. IFINANCEIRO	127.101	127.713	7,49	2.752.122,15	14,25
PARTIC. IMAT	281.049	120.772	7,08	3.700.728,98	19,17
PARTIC. UTIL	175.479	61.990	3,63	1.530.160,40	7,92
PARTIC. IVBX 2	699.864	327.346	19,21	5.739.590,33	29,73
PARTIC. IGC	1.786.255	952.825	55,91	16.113.196,10	83,47
PARTIC. IGBT	1.731.369	931.915	54,68	15.961.396,74	82,68
PARTIC. IGMN	1.308.191	702.749	41,24	10.859.786,38	56,25
PARTIC. ITAG ALONG	1.732.591	931.142	54,64	15.626.443,05	80,95
PARTIC. IDIV	517.286	258.722	15,18	7.360.356,65	38,13
PARTIC. IFIX	564.535	8.636	0,50	274.139,00	1,42
PARTIC. BDRX	48.934	3.318	0,19	169.421,94	0,87
PARTIC. IFIL	505.583	7.835	0,45	244.238,54	1,26
PARTIC. IGPW B3	553.671	382.383	22,44	4.653.871,77	24,10
PARTIC. IAGRO-FFS	313.493	160.010	9,39	2.142.133,81	11,09
PARTIC. IBOV SD TR	447.390	214.503	12,58	6.398.776,53	33,14
PARTIC. IDIVERSA B3	1.002.956	586.009	34,39	11.716.542,29	57,90

MERCADO À VISTA

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
SGTK11	INVESTDO SCKT	CI	91,85	91,01	92,20	91,44	92,20	-0,38+	92,20	92,99	12	260
AIAP34	ADVANCE AUTO	DRN	24,43	24,34	24,44	24,42	24,44	-0,16+	22,56	26,00	6	1.325
AICR34	AMCOR PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	43,18	48,85	-	-
AIDM34	ARCHER DANIE	DRN	321,27	319,04	321,28	321,22	319,04	-0,69+	299,03	321,72	8	129
AIEG34	AECON LTD	DRN	31,62	31,62	31,62	31,62	31,62	1,21+	31,65	-	1	1
AIES34	AES CORP	DRN	92,16	92,16	92,16	92,16	92,16	-	83,95	94,80	1	1
AIIV34	APARTMENT IN	DRN	39,07	39,07	42,00	41,50	42,00	6,38+	41,46	42,00	6	13
AILB34	ALBEMARLE CO	DRN	26,93	26,90	28,00	27,47	28,00	7,65+	25,85	28,00	13	989
AILG34	ALIGN TECHNO	DRN	402,08	402,08	402,08	402,08	402,08	4,70+	310,00	442,13	1	1
AILN34	BREAD FINAN	DRN	46,00	46,00	46,08	46,00	46,08	3,08+	35,00	60,00	6	74
AILN34	ALNYLAM PHAR	DRN	39,59	39,59	39,59	39,59	39,59	-	36,10	41,29	1	1
AIMD34	ADVANCED MIC	DRN	107,37	105,28	108,09	107,04	107,00	-0,85+	107,00	107,19	332	17.306
AIME34	AMETEK INC	DRN	38,20	38,20	38,20	38,20	38,20	-0,13+	-	-	1	1
AIMP34	AMERIPRISE F	DRN	548,44	548,44	548,90	548,67	548,90	-0,19+	-	-	2	2
AIMT34	APPLIED MATE	DRN	105,55	105,01	106,13	105,60	105,64	0,13+	104,94	105,80	25	1.598
AINE34	ARISTA NETWO	DRN	375,78	375,78	376,68	375,78	376,68	-0,34+	250,00	394,11	2	382
AINS34	ANSYS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	407,82	-	-	-
AIP34	APA CORP	DRN	177,48	177,48	177,48	177,48	177,48	-	-	184,86	1	1
AIPD34	AIR PRODUCTS	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	352,00	-	-
AIRE34	ALEXANDRIA R	DRN ED	159,20	158,88	159,20	158,98	159,20	0,88+	139,05	180,06	6	1.103
AIRG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	73,36	83,09	-	-
AISN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
AITH34	AUTOHOME INC	DRN	13,42	13,35	13,42	13,38	13,35	-1,40+	12,85	-	2	2
AITT34	ALLSTATE COR	DRN	-	-	-	-	-	-	32,79	-	-	-
AIUT34	AUTODESK INC	DRN	310,31	310,31	310,62	310,52	310,62	0,09+	-	-	2	103
AIVB34	AVALONBAY CO	DRN ED	228,62	228,62	235,06	233,89	235,06	2,09+	179,94	239,13	11	14
AIWK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	135,05	192,23	-	-
AIZN34	ASTRAZENECA	DRN	56,94	56,64	56,94	56,90	56,90	-0,07+	54,99	58,90	7	337
AZFY34	AFYA LTD	DRN	45,81	45,78	46,53	45,88	45,78	-0,06+	48,00	-	3	14
AZMB34	AMBARELLA IN	DRN	9,84	9,82	9,84	9,83	9,82	-	9,50	11,50	3	12
AZRE34	ARES MANAGEM	DRN	67,97	67,97	68,32	67,98	68,32	1,03+	64,00	-	3	356
AZRR34	ARROWHEAD PH	DRN	-	-	-	-	-	-	8,55	16,50	-	-
AZXO34	AXON ENTERPR	DRN	-	-	-	-	-	-	84,98	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	69,50	69,50	70,77	70,49	69,84	0,48+	69,00	71,50	10	867
AALR3	ALLIAR	ON NM	9,20	8,60	9,65	9,22	9,51	2,14+	9,45	9,52	2.491	308.600
AAPL34	APPLE	DRN	42,99	42,35	42,99	42,47	42,48	-1,41+	42,40	42,50	2.187	157.781
ABBV34	ABBVIE	DRN	53,70	53,30	53,75	53,61	53,60	-0,27+	53,15	55,90	6	58
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	24,46	24,44	24,70	24,56	24,50	0,16+	24,49	24,59	2.655	488.800
ABEV3	AMBEV S/A	ON	12,22	12,12	12,27	12,18	12,17	-0,49+	12,17	12,18	17.085	18.885.300
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	-	-	-	-	-	-	51,59	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN	46,50	46,50	46,50	46,50	46,50	-0,85+	46,02	49,67	1	9
ABUD34	AB INBEV	DRN	-	-	-	-	-	-	49,01	56,00	-	-
ACN34	ACCENTURE	DRN	1.689,00	1.689,00	1.689,00	1.689,00	1.689,00	0,89+	1.550,00	1.690,00	1	2
ACW111	TREND ACW1	CI	11,38	11,38	11,44	11,39	11,39	-0,43+	11,32	11,44	69	6.905
ADBE34	ADOBE INC	DRN	49,23	48,25	49,23	48,68	48,92	-0,16+	48,46	49,80	39	4.456
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	-	-	-	-	-	-	51,20	-	-	-
AERI3	AERIS	ON NM	0,63	0,61	0,64	0,62	0,62	=	0,61	0,62	1.510	1.397.700
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,81	9,64	9,90	9,74	9,84	=	9,83	9,84	5.133	2.629.200
AFLT3	AFLUENTE T	ON	7,49	7,25	7,49	7,31	7,25	0,83+	7,26	7,61	3	400
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	49,99	49,99	50,97	50,47	50,95	1,92+	50,81	51,94	9	150
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	24,89	24,80	25,15	24,93	24,94	0,20+	24,93	25,10	1.657	229.400
AGXY3	ACROGALAXY	ON NM	2,08	1,99	2,12	2,02	2,00	-3,38+	2,00	2,02	1.308	570.300
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	17,30	22,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	13,81	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	17,05	120,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	393,51	393,51	393,51	393,51	393,51	-0,09+	393,50	-	1	70
AIRB34	AIRBNB	DRN	40,88	40,27	40,88	40,46	40,43	-1,10+	40,33	40,85	31	1.458
ALFC34	ALLFUND	DRN	-	-	-	-	-	-	34,96	-	-	-
ALLD3	ALLIED	ON NM	9,60	9,42	9,60	9,50	9,50	0,74+	9,48	9,50	261	154.600
ALOS3	ALLOS	ON NM	23,82	23,75	24,14	23,98	24,03	0,88+	24,02	24,03	9.514	2.817.300
ALPA3	ALPARGATAS	ON NI	9,71	9,71	9,74	9,73	9,74	-2,60+	9,74	9,95	6	1.300
ALPA4	ALPARGATAS	PN NI	9,56	9,32	9,61	9,45	9,43	-1,66+	9,43	9,46	5.705	17.48.300
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	4,45	4,41	4,50	4,44	4,45	2,77+	4,43	4,45	400	182.800
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	34,70	34,11	35,00	34,81	34,84	0,40+	34,80	34,85	119	19.170
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	30,50	30,20	30,53	30,41	30,51	0,03+	30,42	30,51	3.518	723.900
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,40	10,30	10,51	10,35	10,33	-0,67+	10,32	10,45	118	15.200
ALUP4	ALUPAR	PN N2	10,05	9,81	10,09	9,99	10,08	0,39+	10,02	10,08	196	32.100
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,81	1,79	1,84	1,80	1,79	-1,10+	1,78	1,79	733	218.200
AMB34	AMBIPAR	ON NM	13,78	13,67	14,01	13,85	13,87	0,65+	13,85	13,87	2.362	593.200
AMGN34	AMGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	44,05	57,00	-	-
AMLG34	ASTONMARTIN	DRN	-	-	-	-	-	-	12,28	-	-	-
AMZ34	AMAZON	DRN	47,44	46,45	47,55	46,81	46,65	-0,87+	46,65	46,70	1.805	115.658
ANIM3	ANIMA	ON NM	4,59	4,50	4,76	4,64	4,73	3,72+	4,73	4,74	9.714	3.599.600
APER3	ALPER S.A.	ON	42,52	42,52	42,52	42,52	42,52	-1,13+	42,51	44,50	3	300
APT13	ALPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APT14	ALPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
ARML3	ARCEL	ON EJ NM	11,83	11,79	12,10	11,95	12,04	1,77+	12,04	12,14	3.447	560.200
ARM34	ARCELOR	DRN	70,00	69,79	70,23	70,09	70,18	2,09+	69,50	70,18	12	791
ARNC34	HOWMET AERO	DRN	337,28	336,60	337,28	336,63	336,60	2,61+	-	-	45	427
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	56,73	56,37	57,20	56,71	56,60	0,35+	56,60	56,75	9.384	1.699.000
ASAI3	ASSAI	DRN	13,73	13,46	14,25	14,05	14,12	2,84+	14,11	14,13	27.705	17.199.900
ASML34	ASML HOLD	DRN	91,35	89,73	91,35	90,24	90,04	2,34+	89,80	90,35	48	2.943
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,11	2,04	2,11	2,05	2,04	-2,39+	2,04	2,08	48	12.100
ATTB34	ATT INC	DRN	29,90	28,37	29,94	29,41	29,16	-1,48+	29,01	29,94	490	5.705
AURA33	AURA 360	DR3	40,00	39,51	40,14	39,94	40,14	0,82+	40,01	40,14	3.132	84.523
AURE3	AUREN	ON NM	12,04	11,94	12,09	12,05	12,06	0,35+	12,06	12,07	4.427	1.856.200
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	97,60	95,04	97,78	95,93	96,18	0,36+	95,50	97,02	40	5.525
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,82	3,82	3,82	3,82	3,82	2,15+	3,74	3,82	4	1.500
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN ED	112,60	112,60	112,90	112,83	112,76	0,20+	112,61	115,40	18	4.179
AZEV3	AZEVEDO	PN	1,53	1,53	1,80	1,67	1,73	14,56+	1,73	1,77	1.385	1.405.300
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,27	1,25	1,55	1,39	1,53	24,39+	1,52	1,53	3.173	8.226.600
AZ34	AUTOZONE INC	DRN	71,50	70,14	71,50	70,46	70,14	-1,90+	67,62	73,44	4	33
AZUL4	AZUL	PN N2	13,05	12,95	13,58	13,34	13,30	2,62+	13,29	13,31	10.546	81.62.600
BIAM34	BROOKFIELD C	DRN	51,40	50,87	51,40	51,04	51,18	0,60+	50,80	-	12	349
BIAX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	112,88	-	-
BIWB34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	49,21	-	-	-
BIC34	BARCLAYS PLC	DRN	49,75	49,75	49,75	49,75	49,75	0,70+	47,99	54,10	2	5
BIGN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	29,72	33,72	-	-
BIIL34	BIILUBI INC	DRN	11,07	11,07	11,30	11,15	11,17	1,17+	10,52	11,42	8	2.806
BIKR34	BAKER HUGHES	DRN	173,23	173,23	173,23	173,23	173,23	-0,68+	143,50	182,50	1	1
BIIL34	BALL CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-	-
BINT34	BIONTECH SE	DRN	28,53	28,20	28,59	28,36	28,25	-1,22+	28,05	28,57	8	51
BIPP34	BP PLC	DRN	48,90	48,55	49,45	48,74	49,45	0,91+	48,50	49,45	24	1.627
BISA34	BANCO SANTAN	DRN	51,00	50,65	51,05	51,03	51,05	-0,29+	48,30	51,20	3	422
BISX34	BOSTON SCIE	DRN	346,15	346,15	346,15	346,15	346,15	-0,18+	-	-	1	2
BIT134	BRITISH AMER	DRN	30,08	29,81	30,08	29,92	29,94	-0,23+	29,94	30,08	39	2.880



VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

DIÁRIO DO COMÉRCIO / DIONE AS



Vivência de perita criminal vira “Ruídos”

DIONE AS

Estreia hoje (10), em Belo Horizonte, uma exposição sobre um Brasil que parece estar muito distante da ordem e do progresso. O País que a artista de Belém (PA), Berna Reale, apresenta pode ser conferido gratuitamente no projeto inédito “Ruídos”, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), na região Centro-Sul de Belo Horizonte.

A vivência como perita criminal e experiência nos presídios brasileiros deu à artista uma vontade de expressar sua intimidade com os cadáveres. A trajetória de Berna Reale caminha por expressões de um trabalho que mistura verniz, veludo, barroco, cores e sensualidade, mas também desabafo, dor, grito e silêncio. São obras em fotografias, objetos, performances, pinturas e vídeo.

Em entrevista ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, o curador da exposição, Silas Martí, conta que as obras possuem “uma placidez muito potente, muito forte, cores vivas e envolventes, mas as camadas internas delas não são nada sedutoras”. “O trabalho de Berna Reale se constrói a partir de contrastes muito fortes. A ideia da exposição é mostrar dois lados: o público e o privado. No fundo, ela (Berna Reale) está falando de violência e desigualdades, duas questões políticas que atravessam o Brasil”, revela Martí.

A exposição conta com mais de 30 obras em vários ambientes. Um dos destaques é a obra “Blitz”, fotografia digital impressa com pigmento mineral sobre papel algodão, do ano de 2022. A obra mostra o penteado, a sensualidade da mulher, mas evidência, ao mesmo tempo, a violência”, explica Martí.

Desejo e “incômodo” - A artista Berna Reale conta que a vinda de “Ruídos” para Belo Horizonte era um desejo. A exposição é um trabalho pensando por alguns anos, de 2009 a 2023, e que o nome dado à mostra surge de um



FILIPPE NYLAND

País que a artista paraense, Berna Reale, apresenta pode ser conferido gratuitamente no CCBB, em BH, de hoje (10) até o dia 10 de junho, de 4ª a 2ª feira, das 10h às 22h

incômodo. “Incômodo daquilo que se apresenta muitas vezes de forma fragmentada e por se assemelhar à sonoridade da palavra ‘roído’ que, por sua vez, se refere a um pedaço que falta, que causa desconforto, estranhamento e violência, por menor que seja, que nos desestabiliza”, detalha a artista.

Ela também declara que “é um privilégio estar em Minas Gerais” e elogia a curadoria de sua obra. “A

exposição é um trabalho que teve um cuidado primoroso do Silas (curador) na intenção de mostrar o que é duro, cruel e difícil, com uma performance agradável, com uma estética que as pessoas costumam pensar. Espero que o público goste do que vai conferir aqui no CCBB”, comenta.

Impossibilitada de fazer performance em espaços abertos durante o período da pandemia da Covid-19, Berna Reale retornou à pintura. “Escolho a técnica a partir da ideia que tenho para um trabalho, busco a forma de executá-lo melhor. Antes, só havia pintado na universidade. Então, não passei para a pintura, voltei a pintar”, conclui.

A exposição fica em cartaz até o dia 10 de junho, de quarta a segunda, das 10h às 22h. A entrada é gratuita, mediante retirada de ingresso no site ccbb.com.br/bh ou na bilheteria física do CCBB-BH.

Síndrome de Down em livro

A primeira relações-públicas com síndrome de Down do Brasil, Luísa Camargos, lança nesta quinta-feira (11), em Belo Horizonte, o livro “Todo mundo cabe no mundo de Luísa”. Com uma linguagem leve e de fácil compreensão, o livro autobiográfico apresenta a história de vida de Luísa e mostra que é possível conquistar tudo que se almeja, com oportunidades e incentivo e prova que sua condição não a limita. Além das questões sociais, aborda também outros aspectos da vida dela, família, amigos, festas e relacionamentos amorosos. “Todo mundo cabe no mundo de Luísa” trata de uma importante pauta social, ainda pouco discutida: a luta pela sociedade inclusiva. O livro pretende ajudar a difundir o conhecimento sobre a Síndrome de Down e a provocar reflexões sobre o enfrentamento do preconceito e do capacitismo. A partir da obra, pode-se conhecer mais sobre iniciativas ativas em prol da inclusão de pessoas com deficiências e Síndrome de Down, como a Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC), a Expedição 21 e o *podcast* Inclusive Luísa, comandado pela autora, no qual entrevista diferentes pessoas ligadas ao tema. O lançamento do livro é a partir das 19h, na Livraria Café com Letras (rua Antônio de Albuquerque, 781. Funcionários), em Belo Horizonte.

Luto na música

O músico mineiro Pacífico Mascarenhas, nascido em Belo Horizonte, morreu na manhã de ontem, na Capital. Segundo informações de familiares, ele estava internado no Hospital Madre



ORLANDO BENTO / MINAS TÊNIS CLUBE

Teresa, mas as causas da morte ainda eram desconhecidas. No próximo dia 21 de maio, o artista completaria 89 anos. Considerado o precursor da Bossa Nova em Minas Gerais e padrinho musical de Milton Nascimento, o compositor tem uma extensa carreira artística com canções em mais de 30 discos autorais, e composições gravadas por músicos como Luiz Eça, Nara Leão, o próprio Bituca, Cliff Korman, Eumir Deodato e Jorge Cutello. Mascarenhas também ajudou a alavancar as carreiras de outros grandes nomes da música, como Milton Nascimento e Joyce Moreno. Foi na casa dele, na capital mineira, que Mascarenhas gravou Bituca cantando e tocando violão e enviou as fitas a rádios do Rio de Janeiro. Ele também foi responsável por apresentar Milton Nascimento a Elis Regina no Rio. O artista integrou a chamada Turma da Savassi, formada por jovens músicos que faziam serenatas nos anos 1950, além de ser diretor social e conselheiro do Minas Tênis Clube por 30 anos. Pacífico Mascarenhas ainda criou o grupo Sambacana e foi responsável por difundir a Bossa Nova em Belo Horizonte à época. Também foi o primeiro músico a gravar e lançar um álbum independente no Brasil, o LP “Um passeio musical”. Nas redes sociais, houve homenagens a Mascarenhas. O Minas Tênis Clube e o cantor e compositor Paulinho Pedra Azul, dentre outros, se manifestaram sobre a perda do músico mineiro.

Cinema no Centro Cultural Unimed-BH Minas

O Centro Cultural Unimed-BH Minas, na sede do Minas Tênis Clube (rua da Bahia, 2.244 - Lourdes - BH) tem uma vasta programação de cinema neste mês de abril. Do dia 11 a 17, há filmes, documentários e desenhos em cartaz como “Evidências do Amor”, “As linhas da minha mão”, “Kung Fu Panda 4”, “O Sabor da Vida”, dentre outros. A bilheteria fica aberta todos os dias, de 10h até 15 minutos após o início da última sessão, ou no site da Velox. Há estacionamento com acesso interno com entrada pela rua da Bahia, ao lado do teatro. A programação completa e os horários podem ser conferidos no site do Minas Tênis Clube (minastenisclub.com.br).

Dia C beneficiou 3 milhões de pessoas no País em 2023

O Sistema Ocemg já deu a partida para as comemorações do Dia C - Dia de Cooperar 2024, que este ano acontece em 6 de julho. A entidade divulgou números e iniciativas de voluntariado realizadas pelas cooperativas mineiras ao longo de 2023. Eles revelam que o setor continua engajado na construção de um mundo melhor. No Estado, 277 cooperativas desenvolveram ações que beneficiaram 579.629 pessoas, em 409 municípios, envolvendo a participação de 14.646 voluntários - 10,46% do total nacional. Os indicadores demonstram a importância do movimento no Estado e a importância de Minas Gerais nas ações realizadas em todo o Brasil.

“O Dia C é um veículo para redimir a humanidade por meio da cooperação. Queremos deixar um legado sustentável, fazendo o bem e devolvendo à sociedade o que recebemos. Por isso, perseguimos e estamos conseguindo alcançar, ano a ano, um número cada vez maior

de cooperativas participantes”, destaca o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato.

Totalmente alinhado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Dia C nasceu em 2009, na Casa do Cooperativismo Mineiro. A iniciativa ganhou holofotes, expandiu-se e hoje é realizada de canto a canto no Brasil, com dados que impressionam: 140.008 voluntários, 2.005 cidades, 1.091 cooperativas participantes e 3 milhões de pessoas beneficiadas em todo o País em 2023. “Desde que criamos o movimento, em Minas, somos referência quando se trata de ações de voluntariado no cooperativismo”, afirma Scucato, idealizador do Dia C.

Os exemplos de ações promovidas em Minas comprovam esse pioneirismo. Em Patrocínio, o Sicoob Coopacredi criou o projeto “Veja um Mundo Melhor”, que oferece gratuitamente consultas oftalmológicas e óculos para crianças em



DIVULGAÇÃO / SISTEMA OCEMG

idade escolar, do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. Em três edições realizadas, o programa já atendeu mais de três mil crianças na região.

O trabalho é desenvolvido por meio de parcerias e voluntariado, desde a capacitação de pessoas para realizar a triagem das crianças, até a consulta, o diagnóstico

e a busca pela doação dos óculos na comunidade, como explica o presidente da cooperativa, Célio Machado de Castro.

Em Poço Fundo, no Sul do Estado, a Cooperativa de Agricultores Familiares (Coopfam) abraçou a causa da valorização do trabalho feminino nas cooperativas agropecuárias de produção

de café. Por meio do movimento Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade (MOBI), as produtoras se uniram para cultivar os grãos, criando uma categoria específica do produto, o Café Feminino. Num processo sustentável, a palha e a borra provenientes da produção são transformadas em obras de arte e artesanato.

Este legado de responsabilidade social, inovação e cooperação reafirma não só a relevância das cooperativas mineiras no cenário nacional, mas também serve de inspiração para que mais pessoas e organizações se movam em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.